



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- ACTA DA 2.<sup>a</sup> REUNIÃO DA 1.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA -----

----- MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 13 DE MARÇO DE 2001 -----

----- ACTA Nº 2/01 -----

----- Aos treze dias do mês de Março de dois mil e um, no Auditório da Assembleia Municipal, em Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras, iniciando-se sob a Presidência do Senhor Primeiro Secretário, José Manuel Amaral Lopes, por ausência do Senhor Presidente, Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes, tendo como Secretário o Senhor José Manuel Garnacho. - -----

### 1. ABERTURA DA REUNIÃO -----

----- Pelas quinze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente em Exercício, José Manuel Amaral Lopes, declarou iniciada a 2.<sup>a</sup> Reunião da 1.<sup>a</sup> Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e três Membros ( Luís Costa e Castro, António Moreira, José Carlos Estorninho, José Pereira Rodrigues, Elisabete Oliveira, Helena Lopes da Costa, Jorge Roque da Cunha, José Manuel Amaral Lopes, Jorge Pracana, João Duarte, José Manuel Garnacho, Maria Madalena Castro, Manuel Madeira Martinho, José Ferreira de Matos, Fernando Caldeira Martins, José Jorge Pereira, Célia Silva, Álvaro Marques Miranda, Joaquim dos Reis Marques, Carlos André, Nominanda Fonseca, Luís da Cunha Carreira, Judith do Passo, Pedro Licínio Pereira, Carlos Reis, Manuel Salgueiro Aparício, Joaquim Costa Ferreira, Carlos Coutinho, Joaquim Vieira Cotas, Maria Arlinda Néné, José Pinto Ferreira, Ermelinda Oliveira e João da Silva Ramos) desta Assembleia Municipal. -----

### 2. ORDEM DE TRABALHOS -----

----- Foi estabelecida para a presente Reunião a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- ORDEM DE TRABALHOS (Continuação) -----

1. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O./58839 – 00.12.19 relativa à abertura de concurso

- público para atribuição do direito de exploração, em regime de concessão, do Edifício das Galgas, na Fábrica da Pólvora, em Barcarena; -----
2. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O./58840 – 0012.19 relativa à alteração à Tabela de Taxas; -----
  3. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O./07629 – 01.02.12 relativa ao Regulamento dos Cemitérios do Concelho de Oeiras;-----
  4. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O./07630 – 01.02.12 relativa ao pedido de reforço de financiamento para a construção de mais de 16 fogos no âmbito do D.L. N.º 110/85, de 17 de Abril, aplicável por força do D.L. N.º 30/97, de 28 de Janeiro; -----
  5. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O./07631 – 01.02.12 relativa à actualização das participações para as obras de reforço de abastecimento de água para 2001 – SMAS; ----
  6. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O./06695 – 01.02.07 relativa ao P.º 4695-PB/95 – S.P. 17/92 – Alteração sujeita a regime simplificado do Plano de Pormenor do Moinho das Antas – Oeiras;-----
  7. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O./06694- 01.02.07 relativa ao concurso público para a adjudicação da concepção e construção do Edifício dos Serviços Municipais da C.M.O. – Fórum Oeiras; -----
  8. Designação de 4 Representantes da Assembleia Municipal para integrarem a Comissão Municipal de Protecção de Crianças e Jovens, em perigo, nos termos do disposto no Artigo 17.º da Lei N.º 147/99, de 1 de Setembro;-----
  9. Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Oeiras acerca da Actividade do Município, nos termos da alínea e), do N.º 1 do Artigo 53.º da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

————— **Por deficiência de gravação, não é audível o início desta Reunião. O que se transcreve a seguir é, apenas, com base em alguns apontamentos**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

### **retrados pelas funcionárias.**

-----**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Senhor José Manuel Amaral Lopes**, referiu que iria iniciar os Trabalhos. Disse que se possível a Reunião deveria terminar por volta das dezanove horas.-----

-----Disse também que esta Reunião não tem Período Antes da Ordem do Dia, mas que de acordo com todos os Grupos irá ser apresentado, pelo Grupo do PSD, um Voto de Pesar referente à tragédia ocorrida em Castelo de Paiva.-----

----- Foi dada a palavra à **Senhora Deputada Elisabete Oliveira (PSD)** que referiu que apesar de não haver Período Antes da Ordem do Dia, houve consenso entre todos os Grupos Políticos para que fosse apresentado um Voto de Pesar referente à tragédia ocorrida em Castelo de Paiva. -- -----

-----**A Senhora Deputada Elisabete Oliveira (PSD)** leu o Voto de Pesar que a seguir se transcreve: -----

### **VOTO DE PESAR**

----- “O País assistiu atónito à tragédia da derrocada da Ponte de Entre os Rios – Castelo de Paiva ocorrida no passado dia 4 de Março e cujas consequências mais imediatas são a perda de mais de meia centena de vidas.-----

-----O País está de luto. -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras deseja manifestar o seu sentido pesar e o mais profundo respeito pela dor que neste momento sentem os cidadãos de Castelo de Paiva, em particular os familiares das vítimas.-----

-----Manifesta ainda a sua solidariedade e disponibilidade aos Autarcas de Castelo de Paiva, cujo exemplo e abnegação ao serviço das populações que representam, mais uma vez, de forma inequívoca e reconhecida dignifica e enobrece a função autárquica.” -----

-----Após a leitura, pediu que este Voto de Pesar fosse remetido ao Senhor Presidente da

Assembleia Municipal de Castelo de Paiva com conhecimento ao Senhor Presidente da Câmara de Castelo de Paiva e aos Presidentes de Junta do Concelho. -----

----- Pediu que se fizesse um minuto de silêncio em memória das vítimas. -----

----- **Foi feito um minuto de silêncio em memória das vítimas da tragédia de Castelo de Paiva.** - -----

----- Seguidamente, o **Senhor Presidente da A.M. em Exercício, Senhor José Manuel Amaral Lopes**, pôs à votação o referido Voto de Pesar, o qual foi aprovado por unanimidade. ---

----- Em seguida deu-se início ao Período da Ordem do Dia. -----

### **3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

**3.1. Proposta CMO/58839 - 00.12.19 relativa à abertura de concurso público para atribuição do direito de exploração, em regime de concessão, do Edifício das Galgas, na Fábrica da Pólvora, em Barcarena;** -----

----- **Deliberação N.º 4/01, da A.M.** -----

----- Devido ao facto de a gravação ainda não existir, apenas se irá transcrever a partir do momento em que é possível começar a ouvir a intervenção feita pelo **Senhor Deputado Agostinho Cruz (PS)**. -----

----- **Sr. Agostinho Cruz (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Agostinho Cruz referiu o seguinte: -----

----- “... como valor mínimo de remuneração ao concedente de vinte e cinco mil escudos.

----- Por outro lado, o caderno de encargos estabelece no ponto 6.2. que essa remuneração mínima é de cinquenta mil escudos, o que nos parece mais correcto. -----

----- Pretendemos saber qual o valor mínimo concreto a pagar pelo concedente. -----

----- A divergência é entre a Deliberação da Câmara que impõe ao concedente, aliás na proposta de deliberação impõe ao concedente uma remuneração de vinte e cinco mil escudos mensal. No ponto 6.2. do caderno de encargos estabelece que essa remuneração mínima é de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

cinquenta mil escudos, como os valores não são coincidentes pretendemos, de facto, o esclarecimento da situação, independentemente do mérito da proposta.”-----

-----**C.M.O.** -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** deu os seguintes esclarecimentos:-----

-----“De maneira que aquilo que eu lhes propunha é que fosse corrigida a proposta de cinquenta para vinte e cinco contos, porque não sei se sabem qual é o espaço, é aquele espaço junto à Central Hidroeléctrica, e, portanto, é um espaço pequeno. O nosso objectivo é conseguir alguém que efectivamente possa fazer a exploração daquele espaço, não é fácil porque já se fizeram alguns contactos, não se fez propriamente um concurso mas ..., poder encontrar alguém que explorasse aquele espaço. O próprio CCD esteve lá no primeiro ano em que aquilo abriu, durante o Verão e depois não abriu mais, só aos fins de semana. De maneira que é um espaço com pouco movimento, julgo que tem que haver aqui algum incentivo e, portanto, a base penso que era possível que fossem os vinte e cinco contos, alterava-se o caderno de encargos de cinquenta para vinte e cinco, porque depois logo se vê, quer dizer, os concorrentes podem apresentar propostas mais elevadas mas eu até tenho receio que não apareça nenhum concorrente porque ultimamente é o que tem acontecido, são, realmente, espaços pequenos.-----

-----De maneira que eu julgo que ficava mais adequado corrigindo apenas isso, de cinquenta para vinte e cinco contos e o problema ficava resolvido, se estiverem de acordo.”-----

-----**Sr. Presidente em Exercício** -----

-----O **Senhor Presidente em Exercício, Senhor José Manuel Amaral Lopes**, referiu o seguinte:-----

-----“Muito obrigado Senhor Presidente.-----

-----Penso que os esclarecimentos prestados deram resposta à questão colocada, não havendo mais inscrições passamos então à votação.”-----

**3.1.1. VOTAÇÃO** -----

----- O Senhor Presidente em Exercício pôs à votação esta proposta a qual foi aprovada por unanimidade com trinta e quatro votos a favor sendo dezassete do PSD (Luís Costa e Castro, António Moreira, José Carlos Estorninho, Rui de Freitas, José Pereira Rodrigues, Elisabete Oliveira, Helena Lopes da Costa, Jorge Paulo Roque da Cunha, José Manuel Amaral Lopes, Jorge Pracana, João Duarte, José Manuel Garnacho, Maria Madalena Castro, Manuel Madeira Martinho, José Ferreira de Matos, Fernando Caldeira Martins e José Jorge Pereira), doze do PS (Célia Silva, Álvaro Marques Miranda, Joaquim dos Reis Marques, Carlos André, Nominanda Fonseca, Agostinho Pires da Cruz, Luís da Cunha Carreira, Judith do Passo, Pedro Pereira, Carlos Reis, Manuel Salgueiro Aparício e Joaquim Costa Ferreira), quatro da CDU (Joaquim Vieira Cotas, Maria Arlinda Néné, José Pinto Ferreira e Ermelinda Oliveira) e um do PP (João da Silva Ramos), que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta dela fazendo parte integrante. -----

----- Esta Deliberação foi aprovada em minuta.-----

----- **DELIBERAÇÃO Nº. 4/2001** -----

**PROPOSTA CMO/58839 - 2000.12.19 - Abertura de concurso público para atribuição do direito de exploração, em regime de concessão, do edifício das galgas, na Fábrica da Pólvora em Barcarena** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta a que se refere a deliberação número cinquenta e seis da reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e nove de Novembro do ano findo e deliberou por unanimidade com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Partido Social Democrata, doze do Partido Socialista, quatro da Coligação Democrática Unitária e um do Partido Popular, aprovar a abertura de concurso público de atribuição do direito de exploração, em regime de concessão, do edifício das Galgas, na Fábrica da Pólvora, em Barcarena, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta. -----

----- (Deliberação assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal) -----

### **3.2. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O./58840 – 00.12.19 relativa à alteração à Tabela de Taxas;** -----

-----**Deliberação N.º 5/01, da A.M.** -----

-----**Sr. Presidente em Exercício** -----

-----**O Senhor Presidente da A.M. em Exercício**, disse o seguinte: -----

-----“Está aberto o período de inscrições, os Senhores Deputados que queiram inscrever-se façam favor de o fazer.-----

-----Não havendo pedidos de inscrições, a proposta é suficientemente esclarecedora, não sei se a CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS tem algum argumento a acrescentar. -----

-----Passamos de imediato à votação.”-----

#### **3.2.1. VOTAÇÃO** -----

-----O Senhor Presidente da A.M. em Exercício pôs à votação esta proposta a qual foi aprovada por unanimidade com trinta e quatro votos a favor sendo dezasseis do PSD (Luís Costa e Castro, António Moreira, José Carlos Estorninho, Rui de Freitas, José Pereira Rodrigues, Elisabete Oliveira, Jorge Roque da Cunha, José Manuel Amaral Lopes, Jorge Pracana, João Duarte, José Manuel Garnacho, Maria Madalena Castro, Manuel Madeira Martinho, José Ferreira de Matos, Fernando Caldeira Martins e José Jorge Pereira), doze do PS (Célia Silva, Álvaro Miranda, Joaquim dos Reis Marques, Carlos André, Nominanda Fonseca, Agostinho Cruz, Luís Carreira, Judith do Passo, Pedro Pereira, Carlos Reis, Manuel Aparício e Joaquim Costa Ferreira), cinco da CDU (Carlos Coutinho, Joaquim Vieira Cotas, Maria Arlinda Néné, José Pinto Ferreira e Ermelinda Oliveira) e um do PP (João da Silva Ramos), que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta dela fazendo parte integrante. -----

----- Esta Deliberação foi aprovada em minuta.-----

----- **DELIBERAÇÃO Nº. 5/2001** -----

**PROPOSTA CMO/58840 - 2000.12.19 - Alteração à Tabela de Taxas** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta a que se refere a deliberação número cinquenta e cinco da reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e nove de Novembro do ano findo e deliberou por unanimidade com trinta e quatro votos a favor, sendo dezasseis do Partido Social Democrata, doze do Partido Socialista, cinco da Coligação Democrática Unitária e um do Partido Popular aprovar a alteração à Tabela de Taxas, passando a incluir na redacção do artigo vigésimo terceiro, número um, os Mercados Queijas e Porto Salvo, cujo conteúdo passará a ser o seguinte: -----

----- Artigo vigésimo terceiro -----

----- Venda a retalho: -----

----- a) Lojas - por metro quadrado e por mês: -----

----- Um - Nos mercados municipais de Algés, Oeiras, Paço de Arcos, Carnaxide, Tercena, Queijas e Porto Salvo. -----

----- Conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta. -----

----- (Deliberação assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal) -----

**3.3. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O./07629 – 01.02.12 relativa ao Regulamento dos Cemitérios do Concelho de Oeiras;** -----

----- **Sr. Presidente em Exercício**-----

----- **O Senhor Presidente da A.M. em Exercício**, referiu o seguinte: -----

----- “Está aberto o período de inscrição. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Estão inscritos os Senhores Deputados Marques Miranda, Costa e Castro e Joaquim Cotas.-----

-----Tem a palavra o Senhor Deputado Marques Miranda.”-----

-----**Sr. Álvaro Marques Miranda (PS)**-----

-----O Senhor Deputado Marques Miranda fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado Senhor Presidente.-----

-----Estamos mais uma vez perante um texto que ao contrário de outras peças de outras áreas funcionais da CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS não apresenta, no nosso ponto de vista, aquele mínimo de qualidade que faz qualidade. Não vou comentar porque neste momento aqui não sou jurista, sou um Município eleito para a ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, não vou, portanto, comentar deficiências de redacção, imprecisões terminológicas, por aí fora. Vou por tudo significar que e dar como exemplo, do que não deve de modo nenhum constituir peça de um regulamento municipal, o Artigo 71 deste projecto tal qual como ele me foi distribuído. Não sei se quem redigiu inventou a prosa mas se a inventou perdeu o tempo, porque poderia repetir da legislação de trinta e quarenta situações deste tipo. Se não a inventou, também não sei que real significado e sentido faz hoje no Estado Democrático e de Direito que Portugal é, que uma autoridade administrativa se arrogue o poder, que o não tem, de interditar o exercício de profissões, dou um exemplo por todos, que toda a gente melhor e mais rapidamente perceberá:- -----

-----Significa isto que tal como aqui está, que alguém que tenha um título público, emitido designadamente por uma ordem, dos Engenheiros, dos Arquitectos, dos Farmacêuticos, cometa uma ofensa ao regulamento dos cemitérios, potencialmente estava sujeito à cassação do respectivo título ou um jornalista, porque hoje nenhuma autoridade administrativa caça licenças profissionais, profissionais sublinho, não façam confusões, às entidades que por lei estão autorizadas a credenciar os seus membros, portanto, e para finalizar, ou esta alínea sai,

independentemente de outras correcções, que eu repito, não vou comentar, mas esta de modo nenhum a minha Bancada poderia deixar passar. -----

----- Confiamos, portanto, no bom senso e na honestidade intelectual, naturalmente, de quem interveio neste processo, para rapidamente a considerarem não escrita, anulada, inexistente. Muito obrigado.”-----

----- **Sr. Luís Costa e Castro (J. F. Carnaxide)** -----

----- O Senhor Deputado Costa e Castro fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde.-----

----- Eu, sobretudo em relação a este regulamento, acho que necessitava de alguns esclarecimentos, porque, efectivamente, não distingue aqui neste próprio regulamento, fala-se, portanto, que é um regulamento extensivo a todas..., o regulamento substitui o regulamento do cemitério de Oeiras e torna-o extensivo aos outros cemitérios do Concelho. -----

----- Eu penso que, efectivamente, no Concelho há dois cemitérios paroquiais, Barcarena e Carnaxide, e eu penso que de tudo o que toque ao cemitério de Carnaxide, alteração ao regulamento, etc., deva partir ou ir à Assembleia de Freguesia de Carnaxide.-----

----- Por outro lado, há aqui uns artigos em que se fala no Presidente da Autarquia, não se diz que é a Câmara, que é Junta, noutros casos também se diz que o Presidente da Junta tem que..., é específico, o Presidente da Junta de Freguesia poder fazer determinadas coisas. Eu penso que há, talvez, para mim uma vantagem a esclarecer estes pontos para que fiquem definidos. O que é o cemitério paroquial e o que é o cemitério da Freguesia, o que é o cemitério Concelhio. Neste momento julgo que é o cemitério de Oeiras. -----

----- Por outro lado também vi na ampliação do cemitério de Carnaxide uma placa a dizer: ”Cemitério Municipal de Oeiras”, tudo bem, não discuto, a Câmara fez. -----

----- Agora tem é que haver, têm que ser esclarecidos precisamente o que é um e o outro, e aqui no regulamento se, efectivamente, é extensivo não só aos cemitérios municipais mas se é



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

também destinado aos cemitérios paroquiais e aí penso que a Assembleia de Freguesia teria uma palavra a dizer no aspecto do regulamento, até porque se for este regulamento directamente ligado, também, ao cemitério de Carnaxide há aqui diversas situações que precisam de ser ajustadas, porque o cemitério de Carnaxide é um cemitério com umas características especiais, que todos conhecem, e que é difícil obedecer a todos os pontos que constam deste regulamento. -

-----Eu gostaria de ouvir, primeiro, a opinião do Senhor Presidente e depois se tivesse alguma pergunta a fazer, posteriormente faria. Muito obrigado."-----

-----**Sr. Joaquim Cotas (CDU)**-----

-----O Senhor Deputado Joaquim Cotas fez a seguinte intervenção:-----

-----“Este regulamento não merece, à CDU, grandes objecções porque na prática é uma adequação à legislação em vigor, na medida em que o regulamento anterior ainda estava baseado nalguma legislação de mil novecentos e sessenta e tal, portanto, este regulamento é uma adequação, na verdade, à legislação actual.-----

-----Contudo, eu gostaria de perguntar e de ser esclarecido acerca do seguinte:-----

-----Já em tempos se falou aqui se o Município de Oeiras tem posta de parte ou não a hipótese de criar sozinho ou em associação, sozinho era capaz de não ser adequado, a incineração, visto que a capacidade que existe actualmente já não corresponde à procura que é praticamente só o do Alto de São João, portanto, se na verdade o Município de Oeiras, a Câmara, tenciona encarar essa hipótese ou está posta de parte.”-----

-----**C.M.O.**-----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. deu os seguintes esclarecimentos:-----

-----“Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

-----Em primeiro lugar o problema das sanções acessórias, a mim não me suscita qualquer dúvida nem esse alarme que o Senhor Deputado aí salientou. As sanções acessórias são decorrências da sanção principal, isto é, aplica-se aos agentes que, efectivamente, trabalham com

cemitérios exclusivamente, agentes funerários designadamente, que não cumpram com aquilo que o regulamento e a lei impõe, e, portanto, nesses casos, e apenas nesses casos, pode ser interdito o exercício da profissão ou actividades no cemitério de Oeiras, isto é, se um agente funerário cujo título dependa de título público ou da autorização ou homologação e o encerramento de estabelecimentos obedece a processos emitidos pela Câmara, portanto, trata-se de todos aqueles a que se reporta o Artigo septuagésimo, exclusivamente a agentes funerários e não é excluída a hipótese de poder aplicar-se também até para além, digamos, do exercício do poder disciplinar a agentes ligados à Câmara Municipal ou à Freguesia, portanto, a quem tem a tutela dos cemitérios. Estas coimas são aplicadas a todos aqueles que não cumpram aquilo que a lei ou o regulamento estabelecem...-----

----- O **Senhor Deputado Álvaro Miranda (PS)** intervém mas dado que o faz com o microfone desligado torna-se inaudível o que foi dito.-----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** continuou:-----

----- “...Quem não cumprir paga, é tão simples como isso. Paga a coima...”-----

----- O **Senhor Deputado Álvaro Miranda (PS)** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Presidente, não vamos discutir juridicamente porque esta sede não é para este efeito. Mas os artigos...”-----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte:-----

----- “Senhor Presidente se me permite, eu gostaria de terminar.-----

----- O artigo septuagésimo primeiro reporta-se exclusivamente àquelas entidades ou agentes que têm qualquer intervenção ao nível do cemitério, exclusivamente a esses, não é a jornalistas ou a outra coisa qualquer, a Câmara não tem nada a ver com isso nem competência para isso. Isto que está aqui é uma transcrição da própria lei, não é uma invenção da Câmara Municipal. A Câmara não foi inventar o regulamento, a Câmara aqui transcreve o que a própria lei diz que se deve fazer, são as sanções acessórias. As sanções acessórias não são uma invenção



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

da Câmara Municipal. -----

-----No que respeita às questões que o Senhor Presidente da Junta de Carnaxide colocou eu gostaria de dizer o seguinte: -----

-----Carnaxide a partir de agora passa a dispor de dois cemitérios, tem um cemitério paroquial e tem um cemitério municipal, portanto, são dois cemitérios distintos, podem ter ligação até entre eles e vai haver, com certeza, uma articulação, deverá haver uma articulação entre a gestão do cemitério paroquial e o cemitério municipal mas são dois cemitérios distintos, e, compreende-se que assim seja porque a Câmara tem ali um investimento de quase meio milhão de contos naquele cemitério, e, obviamente que não faria sentido que entregasse a sua gestão à Junta de Freguesia de Carnaxide, porque nessa altura estava a favorecer a Junta de Freguesia de Carnaxide relativamente a outras Freguesias, porque não têm cemitérios, e estaria a desfavorecer o erário público e a Câmara Municipal que, naturalmente, quem faz o investimento é a Câmara e, portanto, há algumas alienações que irão ser feitas e que têm que ser pagas precisamente à Câmara Municipal, portanto, são duas gestões diferentes.-----

-----No que respeita ao regulamento propriamente dito, todos os regulamentos municipais se aplicam às Juntas de Freguesia. Os regulamentos municipais não se aplicam directamente, só que a Assembleia de Freguesia e as Juntas de Freguesia são obrigadas a acatar os regulamentos municipais como a Câmara é obrigada a acatar a lei, o que significa que a Câmara Municipal neste regulamento não tem que ouvir as Assembleias de Freguesia, até porque há audiência pública, há inquérito público e as Juntas de Freguesia e as Assembleias de Freguesia podem-se pronunciar nos termos normais, podem realmente fazê-lo. Não faz sentido uma audiência específica porque este regulamento não é para ser aplicado directamente ao cemitério de Carnaxide ou a Barcarena, o que as respectivas Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia têm que fazer é os seus regulamentos não podem contrariar o regulamento municipal, porque o regulamento municipal vale para todo o Concelho. O que não significa que não haja

especificidades em cada um dos regulamentos das Freguesias, portanto, por um lado deve procurar acolher aquilo que são os princípios do regulamento municipal, por outro lado, obviamente que atendendo à natureza dos cemitérios, o Senhor Presidente de Carnaxide acabou de dizer que é difícil à Junta de Freguesia de Carnaxide, por exemplo, na gestão do cemitério de Carnaxide cumprir algumas das coisas que estão neste regulamento, isso decorre das especificidades do próprio cemitério que são devidamente justificadas e é óbvio que há exigências que hoje são feitas, como sabe até o cemitério de Carnaxide é o primeiro cemitério que nós temos, e de resto é um dos primeiros do país, penso que é mesmo o primeiro que tem um processo de decomposição, vai ter um processo de decomposição dos cadáveres que é, realmente, inovador, porque nós inspirámo-nos num cemitério em Madrid há uns anos atrás, na altura em que começámos a construção do cemitério ainda era necessário..., a própria lei não previa aquele sistema mas entretanto a lei foi alterada e neste momento já é possível o modelo que nós adoptámos ali. E, portanto, é natural que cemitérios antigos tenham alguma dificuldade em satisfazer um certo nível de exigências mas isso tem que ser entendido e no regulamento que a Freguesia faça para o cemitério, naquilo que, porventura, contrarie a lei ou os próprios regulamentos municipais terá que justificar isso, quer dizer, terá que demonstrar porque razão é que não pode cumprir neste ou naquele ponto. Mas é óbvio que o cemitério de Carnaxide, o cemitério paroquial com o tempo tenderá, embora eu..., eu não sou defensor disso, acho que era importante que perante a escassez de terrenos existentes, era importante que relativamente às sepulturas que não são perpétuas que a Freguesia não alienasse mais sepulturas, mas nós sabemos como, por vezes, enfim, já foi em tempos uma fonte de receita para a Freguesia de Carnaxide, hoje não será assim. De maneira que eu apenas recomendaria nessa matéria uma gestão parcimoniosa do cemitério, na medida em que a própria Câmara na parte que vai ser gerida pela Câmara Municipal, não iremos ter sepulturas perpétuas e a única coisa que se vai vender são os gavetões e jazigos, em termos de sepulturas propriamente ditas não haverá



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

sepulturas perpétuas porque, realmente, nós sabemos a dificuldade que há em arranjar novos cemitérios e, designadamente, proceder à sua expansão. E, isto entronca-se naquilo que o Senhor Deputado Cotas referiu que tem a ver com a questão, da hipótese de se criar um forno para incineração, um forno crematório.-----

-----Durante muito tempo falava-se nisso e nós aqui em Oeiras não nos debruçámos sobre a questão porque o próprio forno crematório do Alto de São João funcionava a meio gás, portanto, não tinha, não era realmente utilizado. Nos últimos anos é que terá havido um incremento significativo, e, portanto, obviamente que só para Oeiras não se justifica mas talvez entre Oeiras, Cascais, Amadora, entre os três Municípios se possa vir a justificar um equipamento dessa natureza, é uma questão..., já houve algumas conversas exploratórias, designadamente, com a Câmara de Cascais, Cascais parece estar decidida a avançar com o forno crematório e, se isso realmente se concretizar nós faremos um acordo ou um protocolo com a Câmara de Cascais, porque não faz sentido neste espaço haver dois fornos crematórios. Muito obrigado.”-----

-----**Sr. Álvaro Miranda (PS)**-----

-----O Senhor Deputado Álvaro Miranda disse o seguinte:-----

-----“Prescindo Senhor Presidente, por uma razão muito simples, disse na minha intervenção que esta sede não é nem pode ser, no meu ponto de vista, discussão jurídica de problemas mas discussão política, onde se pratica naturalmente com argumentos a salutar teoria do compromisso, mas pela posição evidenciada pelo Senhor Presidente (C.M.O.) prescindo agora da minha resposta.”-----

-----**C.M.O.**-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** disse o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado, eu quero-lhe dizer que agora fiquei ainda mais perplexo. Eu manifestei a minha opinião sobre esta matéria porque também lhe quero dizer o seguinte: Eu não

estava a ouvir bem o som, agora ouvi-o com mais nitidez do que há bocado, pareceu-me que tinha uma visão muito radical deste artigo, de tal forma que não tem nada a ver a intervenção que fez no início, na minha opinião, não tem nada a ver com o que aqui está, nem com o sentido deste artigo. Mas, eu gostaria, se quer que lhe diga, então ao contrário, em vez de dizer que não, que é uma questão..., jurídica não é para esta sede, que é uma questão política, mas eu digo-lhe o seguinte: -- -----

----- Da parte da Câmara e muito mais em regulamentos, um regulamento deve ser um instrumento com alguma perenidade, como sabe nós temos regulamentos, alguns deles têm trinta, quarenta anos, não quer dizer que sejam bons, às vezes é a oportunidade de os alterar, etc., porque todos estes formalismos, toda a formalidade de alteração de regulamentos é morosa e complicada e há sempre uma tendência, por inércia, por deixar as coisas como estão. Tem havido da Câmara de Oeiras um esforço no sentido de fazermos uma reactualização da generalidade dos regulamentos e recordo-me que ainda há coisa de..., andamos há três ou quatro anos a fazer alterações de regulamentos, e ainda há coisa de quinze dias, penso que foi numa das últimas reuniões, foram aprovados uma série de regulamentos que irão entrar, também, em discussão pública. Estão em fase de alteração mais uma dúzia de regulamentos, portanto, há muita coisa por regulamentar, há outras que são muito antigas. E, portanto, esta é uma das áreas onde os contributos dos Senhores Deputados são naturalmente bem vindos, de maneira que se quiser precisar melhor aquilo que referiu eu não tenho dúvidas, eu não considero que um regulamento como este possa abranger tudo, e, portanto, admito que possa haver alguma incorrecção, eu é que não percebi, se quer que lhe diga, qual é o seu problema, sinceramente não percebi. De maneira que se quiser explicar melhor, talvez nós possamos entendermo-nos, mas, sinceramente, eu não percebi qual é o problema.” -----

----- **Sr. Álvaro Miranda (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Álvaro Miranda fez a seguinte intervenção:-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----“Sinteticamente como é meu hábito. O problema não é meu, é um problema que eu penso que é nosso pelo prestígio que deve ter para bem de todos nós um regulamento municipal, para não poder darmos azo, todos, a que se façam críticas, dizendo que os regulamentos, passo a expressão, são feitos com os pés, não, são dirigidos para pessoas, e, portanto, devem ter, no meu ponto de vista e penso que no de todos, suficiente credibilidade técnica e não só para que possa ser interiorizada pelas pessoas. Eu na minha intervenção inicial disse que não ia comentar aquilo que na minha perspectiva técnica, porque para aqui não é chamada, imprecisões terminológicas e deficiências de redacção, e como parti desse pressuposto o meu problema técnico enquanto Município e nesta Câmara é de evidenciar que a cassação de títulos públicos seja como sanção principal ou acessória está banida, ainda que algumas pessoas possam momentaneamente esquecer, do nosso ordenamento jurídico desde a Constituição de setenta e seis, e a prova, só para rematar, é que se a sua interpretação, e desculpem todos os presentes não muito vocacionados para estas matérias jurídicas que são áridas, às vezes até para os próprios, a própria redacção do número dois ao referir a possibilidade de publicidade da coima aos agentes funerários significa numa interpretação das que são possíveis que só esses agentes funerários no caso de serem infractores do regulamento é que poderiam ser-lhes inibida nalguma forma, que não vou agora discutir a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da medida, eu penso que pelo menos neste aspecto o Município de Oeiras não devia embarcar em repetições de frases, mesmo às vezes de leis em sentido formal, em degates legislativos, portanto, leis e decretos leis que também se fazem erros. E entendo que se devia expurgar, era um passo positivo no sentido de que neste momento em Portugal, não há capacidade para nenhuma autoridade administrativa em qualquer posicionamento do Estado no seu sentido mais amplo que retire ou confira licenças de profissão. Muito obrigado.”-----

-----**C.M.O.** -----

-----**O Senhor Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte: -----

----- “Eu só queria fazer mais uma precisão e sugeria ao Senhor Presidente que suspendesse a votação desta proposta para daqui a pouco, talvez para depois, porque entretanto vamos pedir a lei, já agora para ver o que é que a lei diz sobre esta matéria. Mas gostaria de esclarecer que aqui não se fala em cassação de títulos, fala-se em interdição do exercício da profissão no cemitério de Oeiras. E, se, porventura, a lei disser isso nós não podemos retirar isso daqui, esta é que é a realidade. -----

----- Portanto, o que eu sugeria ao Senhor Presidente é que suspendesse a votação desta proposta para ver o que é que diz a lei, e quando tivesse aqui essa informação poderia novamente debruçar-se sobre esta proposta.” -----

----- **Sr. Presidente em Exercício** -----

----- **O Senhor Presidente da A.M. em Exercício**, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado. Parece-nos que será o procedimento mais adequado, havendo dúvidas nessa matéria que importa esclarecer. Esperemos que os serviços dêem os documentos necessários ao esclarecimento. -----

----- Passamos então, suspendendo este ponto, voltaremos a ele quando estivermos munidos da legislação necessária para esses esclarecimentos, passemos então à discussão...” -----

----- **O Senhor Deputado Silva Ramos (PP)** interrompeu e disse o seguinte: -----

----- “Agradecia, relativo a este assunto e porque estou, realmente, um bocado confundido, vou fazer uma pergunta que não é directamente ligada ao regulamento, mas tem uma certa... -----

----- Quando noutra dia, na televisão, fizeram o funeral em Castelo de Paiva depois do pôr do sol, eu julgava que não se podia fazer funerais depois do pôr do sol. Vejo aqui no regulamento que isso é possível, gostava de ser esclarecido sobre esse assunto.” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M. em Exercício** respondeu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado, eu penso que a Câmara tomou nota mas essa matéria como vai



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

voltar a ser discutida neste ponto, penso que será mais adequado e mais eficaz para a nossa reunião, então ser a resposta dada nessa altura.-----

-----Passamos então à apreciação e discussão do ponto quatro.”-----

**3.4. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O./ 07 630 – 01.02.12 relativa ao pedido de reforço de financiamento para a construção de mais 16 fogos no âmbito do D.L. N.º 110/85, de 17 de Abril, aplicável por força do D.L. N.º 30/97, de 28 de Janeiro;**-----

-----Deliberação N.º 7/01, da A.M.-----

-----**Sr. Presidente em Exercício**-----

-----O **Senhor Presidente da A.M. em Exercício**, disse o seguinte:-----

-----“Está aberto o período de inscrições para os Senhores Deputados que queiram, façam o favor de se inscrever.-----

-----Senhor Deputado Reis Marques faça favor.”-----

-----**Sr. Reis Marques (PS)**-----

-----O Senhor Deputado Reis Marques fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhor Presidente aquilo que queria saber, passados estes dezasseis fogos quantos fogos são ainda necessários para acabar o implemento do PER, portanto, neste momento quantos é que faltam e quantos é que ficam..., era esta a situação que se pretendia saber.”-----

-----**C.M.O.**-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** deu os seguintes esclarecimentos:-----

-----“Neste momento é difícil precisar o número rigoroso porque há alguns, eventualmente um ou outro desdobramento a fazer, há famílias, há isolados, mas o número que, neste momento, a Câmara dispõe anda entre os trezentos e os trezentos e vinte. Neste momento, como sabem, nós temos um protocolo para a construção de novecentos fogos, sendo que trezentos cinquenta são para realojamento e os restantes são para venda a custos controlados, para jovens, etc.-----

----- Para a erradicação das barracas, e era a questão, no fundo, que referiu, faltam-nos trezentas a trezentas e vinte casas. Nós iremos ter concluídas, talvez, umas cento e oitenta, cento e oitenta e nove até Junho deste ano e é possível que até ao fim deste ano, o mais tardar até Março do próximo ano teremos, com certeza, resolvido o problema de todas as barracas do Concelho.” -----

----- **Dona Arlinda Néné (CDU)** -----

----- A Senhora Deputada Arlinda Néné fez a seguinte intervenção: -----

----- “Já que foi posta aqui a questão do número de habitações necessárias para acabar com as barracas, eu queria pôr uma questão que tem a ver com as pessoas não portadoras daquele cartãozinho que é dado pela Habitação. O que é que a Câmara tem previsto para resolver o problema dessas famílias que em determinado momento não estavam em casa ou por razões diversas, vivem no Concelho mas não dispõem do tal cartão que dá acesso à Habitação Social. Obrigado.” -----

----- **C.M.O.** -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** respondeu o seguinte:-----

----- “Quem não tem direito, quem não tem cartão de morador não tem direito a casa. É tão simples como isso.”-----

----- **Dona Arlinda Néné (CDU)** -----

----- A Senhora Deputada Arlinda Néné disse o seguinte:-----

----- “É assim, isso é aquilo que se disse em determinada altura ou até determinada altura, mas posteriormente eu própria já ouvi o Senhor Presidente da Câmara dizer que esses casos seriam reavaliados e que possivelmente se iria encontrar uma solução. E há imensas famílias nessa situação.”-----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** deu a seguinte resposta: -----

----- “Senhora Deputada, aqui não lhe posso dizer isso, não. Aqui só lhe posso dizer que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

quem não tem cartão de morador não tem direito a casa. É o que a lei diz. Mas se houver mais alguma que não tenha, nessa altura apresente o problema, é o mais adequado. Se houver alguma dessas que não está realojada ponha o problema nessa altura. O nosso objectivo é acabar com as barracas no Concelho. Há situações irregulares que terão que ser analisadas. É uma questão melindrosa não se pode..., senão qualquer dia aparecia-nos aí mais gente ainda. O objectivo agora é arrumar tudo.” -----

### 3.4.1. VOTAÇÃO -----

-----O Senhor Secretário da Mesa da A.M., José Manuel Garnacho, pôs à votação esta proposta a qual foi aprovada por unanimidade com trinta e dois votos a favor sendo quinze do PSD (Luís Costa e Castro, António Moreira, José Carlos Estorninho, Rui de Freitas, José Pereira Rodrigues, Elisabete Oliveira, Helena Lopes da Costa, Jorge Roque da Cunha, João Duarte, José Manuel Garnacho, Maria madalena Castro, Manuel Madeira Martinho, José Ferreira de Matos, Fernando Caldeira Martins e José Jorge Pereira), doze do PS (Vidal Antão, Célia Silva, Álvaro Miranda, Joaquim dos Reis Marques, Carlos André, Nominanda Fonseca, Agostinho Cruz, Luís Carreira, Judith do Passo, Pedro Pereira, Carlos Reis, Manuel Aparício e Joaquim Costa Ferreira), quatro da CDU (Carlos Coutinho, Joaquim Cotas, Maria Arlinda Néné e Ermelinda Oliveira) e um do PP (João da Silva Ramos, que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta dela fazendo parte integrante.-----

-----Esta Deliberação foi aprovada em minuta.-----

#### 3.4.1.1. Sr. Agostinho Cruz (PS) -----

-----O Senhor Deputado Agostinho Cruz após a votação referiu o seguinte:-----

-----“Só queria chamar a atenção do Senhor Secretário de que a Mesa não pode funcionar, muito em menos em votação, com um único elemento. É dos livros.”-----

#### ----- DELIBERAÇÃO Nº. 7/2001 -----

**PROPOSTA CMO/7630 - 2001.02.12 - Pedido de reforço de financiamento para a**

**construção de mais 16 fogos no âmbito do Decreto-Lei N.º 110/85, de 17 de Abril, aplicável por força do Decreto-Lei N.º 30/97, de 28 de Janeiro -----**

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta a que se refere a deliberação número cento e oitenta e dois da reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e quatro de Janeiro último e deliberou por unanimidade com trinta e dois votos a favor, sendo quinze do Partido Social Democrata, doze do Partido Socialista, quatro da Coligação Democrática Unitária e um do Partido Popular aprovar o pedido de reforço de empréstimo à Caixa Geral de Depósitos na importância de trinta e nove milhões e dezanove mil escudos, para a construção de mais dezasseis fogos na Portela de Carnaxide - Oeiras, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, também por unanimidade de votos, aprovar em minuta esta parte da Acta. -----

----- (Deliberação assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal) -----

**3.5. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O./07631 – 01.02.12 relativa à actualização das participações para as obras de reforço de abastecimento de água para 2001 – SMAS; --**

----- **Deliberação N.º 8/01, da A.M.** -----

----- **Sr. Presidente em Exercício** -----

----- **O Senhor Presidente da A.M. em Exercício**, referiu o seguinte: -----

----- “Não havendo ainda os documentos suficientes para o reinício da discussão do ponto três, passamos então ao ponto cinco. -----

----- Está aberto o período de inscrição para a discussão do ponto cinco, Senhores Deputados que queiram se inscrever façam o favor de o fazer para intervir. -----

----- Senhor Deputado Reis Marques.” -----

----- **Sr. Reis Marques (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Reis Marques fez a seguinte intervenção: -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----“Boa tarde mais uma vez. Senhor Presidente esta uma daquelas muitas propostas que todos os anos aqui vêm, portanto, é a actualização dos preços..., mas como, infelizmente, não diz aqui, eu perguntava se isto foi ... não diz que é o custo da actualização, da inflação, porque não diz penso que não é. E fazia uma pergunta: -----

-----Este foi o valor que acrescentaram também à água de consumo, portanto, não foi. Como essa nunca aqui vem e pedia, num estilo de informação à Assembleia penso, na minha perspectiva, que devia de vir ou podia vir. Portanto, era só isso que eu queria saber.” -----

-----**Sr. Joaquim Cotas (CDU)** -----

-----O Senhor Deputado Joaquim Cotas fez a seguinte intervenção: -----

-----“Ao longo dos anos, como é do conhecimento desta Assembleia, os SMAS apresentam nas suas contas, nos seus exercícios lucros significativos. Por isso, não se entende que nesta proposta os aumentos médios sejam acima da inflação, portanto, certamente que com este aumento médio os lucros dos SMAS seriam aumentados. Não é, quanto a nós, uma gestão que defenda ou que esteja de acordo com os interesses dos Municípes, porque se os SMAS apresentassem uma taxa média de aumento na ordem da inflação, bem, ainda vá que não vá, e até nem se justificava em pleno dado os lucros que os SMAS têm apresentado. O que quer dizer que o preço da água fornecida pelo Município é de preço elevado, porque daí os resultados. É claro que, certamente, a Câmara vai responder, isso já não é novidade, que os lucros que os SMAS têm são para investimento na renovação da rede e na melhoria da qualidade do abastecimento, isso nós sabemos, que essa resposta vai ser dada. -----

-----Agora que na verdade, quanto a nós, é manifestamente exagerado este aumento médio do preço da água fornecida, na verdade leva que a CDU não pode de maneira nenhuma votar favoravelmente esta proposta.” -----

-----**C.M.O.** -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte: -----

----- “Eu fico muito surpreendido com este tipo de argumentação, é que isto não tem nada a ver com preços de água, tem a ver com uma questão que preocupa todos os Municípios do Concelho.-----

----- Primeiro, estamos com uma taxa média na ordem dos três por cento e estamos a falar de uma taxa que visa o reforço de obras gerais, de infra estruturas de abastecimento de água no Concelho, e que, como sabem, surge uma nova urbanização que tem x fogos ou tem indústria ou tem serviços, as canalizações têm uma determinada dimensão, as canalizações da água. Com o aparecimento de novas urbanizações é preciso retirar essas canalizações com uma determinada dimensão e meter canalizações com outra dimensão, portanto, caso contrário o que acontece é que essas novas urbanizações beneficiam de investimento que outras fizeram, porque quem se prejudica é o Município que ao fazer esse reforço de abastecimento de água tem que o ir buscar ao bolo precisamente da água, dos consumidores, e então são os consumidores da água que estão a pagar para os urbanizadores ganharem dinheiro, isto quem paga são os urbanizadores.-----

----- De maneira que Senhor Deputado Cotas desta vez o Senhor está a defender o interesse dos capitalistas, é estranho mas é verdade. Eu quero dizer que sou muito claro nesta matéria, se Portugal é um paraíso fiscal é o na área da construção e da urbanização, em que toda a gente sabe que se ganham aí rios de dinheiro, há mais valias brutais nos terrenos que vai directo para o bolso desses senhores que não pagam impostos e nós estamos aqui a aplicar um aumento de três por cento e o Senhor Deputado Cotas diz que é de mais. Eu não sabia que o Senhor agora defendia os interesses dessa gente mas está bem.”-----

----- **Sr. Joaquim Cotas (CDU)** -----

----- O Senhor Deputado Joaquim Cotas fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu não sabia que o comércio e habitação que é dos capitalistas, três por cento de aumento, na indústria três e meio, nos equipamentos três por cento, então em que é que ficamos. Esta água é fornecida só...”-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** intervém mas dado que o faz com o microfone desligado torna-se inaudível o início da sua intervenção. A partir deste momento já é possível ouvir a intervenção: -----

-----“São obras gerais de reforço, por isso é que são gerais, não são específicas, porque as canalizações dentro de cada urbanização fá-las o urbanizador mas para a urbanização ter água ela tem que lá chegar de algum lado e para lá chegar ou tem que passar por lá porque se está uma urbanização... (Mudança de cassette) ... mais necessidade de consumo, é necessário reforçar as condutas, e, ou eles dão um contributo para o reforço desse abastecimento ou então quem paga é o Município, ou seja, quem paga são os consumidores da água e aqui não é o comércio nem a indústria, isto aqui é para as actividades na área da indústria, na área do comércio, na área da habitação, com certeza, mas é onde se vai construir, para esse efeito.” -----

-----**Sr. Carlos Coutinho (CDU)** -----

-----O Senhor Deputado Carlos Coutinho fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado Senhor Presidente. De facto, a questão que nós levantámos foi desvirtuada pelo Senhor Presidente da Câmara porque, de facto, nós referenciámos a taxa de inflação dois vírgula sete por cento e colocámos em paralelo o porquê de ser um valor de actualização, de comparticipação para as obras gerais de reforço de abastecimento de água superior à taxa de inflação, portanto, essa é a questão que nós CDU colocámos. Mas, há aqui um aspecto falacioso na argumentação do Senhor Presidente da Câmara que nós não podemos deixar de passar em reparo, de facto nós não temos complexos de defender capitalistas ou socialistas ou comunistas, não temos problemas nenhuns desses, nós pautamo-nos..., têm, têm ideologia que é “dá cá o meu ó Abreu” e está tudo bem, se tiverem que puder ter tudo, é por isso que temos três milhões de pobres em Portugal, excluídos, temos um ordenado médio de cento e vinte contos, por aí fora, e, há indivíduos que têm tudo e outros não têm nada.-----

-----Mas a questão é simplesmente esta, Senhor Presidente, quando o Senhor lança a um

urbanizador os três por cento ele não vai ficar com os três por cento, ele vai repercutir no consumidor final e o consumidor final somos todos nós, somos os Municípios, são os indivíduos que querem comprar a casa

e que vão pagar essa água ponderada como mais valia, com certeza que não vai ser só três por cento ainda vai ser mais, portanto, nós aqui assim o que estamos a questionar, por uma questão de princípio, é o porquê de o Conselho de Administração ter ultrapassado a taxa de inflação esperada, quando nós sabemos que os dividendos dos SMAS permitem investimentos na CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS e da AMADORA na ordem de um milhão de contos por ano. Ora bem, esta questão é uma questão política, é uma questão que nós, independentemente de misturados nestas taxas de referência e nestes segmentos que são afectados, haver gente que três por cento não é nada há outros que, de facto, esta situação vai colher, está aqui o pequeno comércio, está aqui a indústria, estão aqui as Associações dos Comerciantes e não temos dúvida nenhuma de defende-los, como capitalistas que são, num princípio que nos parece justo é que devemos fazer a racionalização de um meio fundamental que é a água pelo custo caríssimo, quer dizer, caríssimo que já temos e não vamos empolar isso, pelo menos com o nosso voto..., não o leva. Muito obrigado.”-----

----- **Sr. Agostinho Cruz (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Agostinho Cruz fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu penso que este era um dos pontos, na nossa perspectiva, que não mereceria grande discussão, a não ser, pelo que já foi demonstrado, por erros de interpretação. Porque o que se propõe é um aumento das participações para as obras de reforço de abastecimento e, por outro lado, a afirmação que o nosso colega Coutinho disse sobre a repercussão destes custos no valor da água também não a posso aceitar, porque o empreendedor vai fazer repercutir sim, não no custo da água porque não é ele que lha cobra mas no preço do andar, no preço da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

habitação. Era só este esclarecimento que eu queria dar.” -----

### **3.5.1. VOTAÇÃO** -----

-----O Senhor Presidente da A.M. em Exercício, pôs à votação esta proposta a qual foi aprovada por maioria com trinta votos a favor, sendo dezassete do PSD (Luís Costa e Castro, António Moreira, José Estorninho, Rui de Freitas, José Rodrigues, Elisabete Oliveira, Helena Costa, Jorge Roque da Cunha, José Amaral Lopes, Jorge Pracana, João Duarte, José Garnacho, Madalena Castro, Manuel Martinho, José Matos, Fernando Caldeira Martins e José Jorge Pereira), doze do PS (Vidal Antão, Célia Silva, Álvaro Miranda, Joaquim dos Reis Marques, Carlos André, Nominanda Fonseca, Agostinho Cruz, Judith do Passo, Pedro Pereira, Carlos Reis, Manuel Salgueiro Aparício e Joaquim Ferreira) e um do PP (João da Silva Ramos) e cinco votos contra da CDU (Carlos Coutinho, Joaquim Cotas, Maria Arlinda Néné, José Pinto Ferreira e Ermelinda Oliveira, que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta dela fazendo parte integrante. -----

----- Esta Deliberação foi aprovada em minuta.-----

### **----- DELIBERAÇÃO Nº. 8/2001 -----**

#### **PROPOSTA CMO/7631 - 2001.02.12 - Actualização das comparticipações para as obras de reforço de abastecimento de água para 2001 - SMAS -----**

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta a que se refere a deliberação número cento e dezanove da reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e quatro de Janeiro último, que ratificou a deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora de dezasseis do referido mês e deliberou por maioria com trinta votos a favor, sendo dezassete do Partido Social Democrata, doze do Partido Socialista e um do Partido Popular e cinco votos contra da Coligação Democrática Unitária aprovar a actualização das comparticipações para as obras de reforço e abastecimento de água: -----

----- Dois mil e um - dois mil - variação percentual -----

----- Habitação e Comércio/trezentos e dois escudos/duzentos e noventa e três escudos/três por cento -----

----- Indústria/oitenta e nove escudos/oitenta e seis escudos/três vírgula cinco por cento -

----- Equipamento/oitenta e três escudos/oitenta e um por cento/dois vírgula cinco por cento, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. --

----- Mais foi deliberado, por unanimidade de votos, aprovar em minuta esta parte da Acta. -----

----- (Deliberação assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal) -----

**3.6. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O./06695 – 01.02.07 relativa ao P.º 4695 – PB/95 – S.P. 17/92 – Alteração sujeita a regime simplificado do Plano de Pormenor do Moinho das Antas – Oeiras -----**

----- **Deliberação N.º 9/01, da A.M** -----

----- **Sr. Presidente em Exercício** -----

----- O Senhor Presidente da A.M. em Exercício referiu o seguinte:-----

----- “Está aberto o período de inscrição, os Senhores Deputados que queiram intervir neste ponto façam o favor de se inscrever.-----

----- Senhor Deputado Pinto Ferreira.”-----

----- **Sr. Pinto Ferreira (CDU/Independente)** -----

----- O Senhor Deputado Pinto Ferreira fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde e muito obrigado. Eu começo por lembrar que a proposta agora apresentada foi rejeitada nesta Assembleia na Sessão de vinte e seis de Junho de dois mil, foi rejeitada com os votos contra da CDU e com os votos contra do PS. Substancialmente esta proposta está precisamente igual aquela que nos foi apresentada na altura e que mereceu a nossa rejeição, nesse sentido não entendemos que a justificação para o reenvio de uma proposta de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

alteração de um Plano de Pormenor que em tudo é igual ao que foi rejeitado há oito meses. -----

-----Aproveito, ainda, para lembrar a Câmara que entreguei na Mesa um requerimento em vinte e sete de Novembro de dois mil, referente precisamente a este assunto e até ao momento não tive ainda qualquer resposta. Por agora é só.” -----

-----**C.M.O.**-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** deu os seguintes esclarecimentos:-----

-----“Senhor Presidente, esta é uma questão que, realmente, tive oportunidade de esclarecer na última Assembleia, houve alguns Senhores Deputados que suscitaram dúvidas, o assunto parecia não estar devidamente esclarecido e a proposta, sendo no ponto de vista substantivo e idêntica penso que formalmente está melhor esclarecida. De maneira que para não haver dúvidas sobre essa matéria, eu pedia à Arquitecta Antónia que viesse aqui e se o Senhor Presidente autorizasse eu pedia-lhe que ela dissesse o que é que em substância consta esta alteração.”-----

-----**C.M.O.**-----

-----A **Senhora Arquitecta Antónia Lima** disse o seguinte:-----

-----“A alteração que está em causa decorre de um erro de cartografia, portanto, o Plano foi elaborado com base no cadastro de mil novecentos e quarenta e oito, que é o cadastro disponível que temos, o cadastro rústico, e quando se chegou à implantação de um dos edifícios, este que está aqui junto à Assembleia, detectou-se que havia uma diferença de dois metros na dimensão da propriedade, portanto, o que está em causa é a rectificação do Plano por erro de cadastro, que é uma das situações que está prevista como alteração de regime simplificado no Diploma 380 de noventa e nove, portanto, é exclusivamente uma alteração de cadastro da qual decorre área de construção a mais nesta parcela, em termos gráficos não há qualquer rectificação nas peças do Plano, em termos de quadro de áreas há essa rectificação, o regulamento permanece na mesma forma.”-----

----- **Sr. Carlos André (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Carlos André fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. Naturalmente que a questão que foi suscitada pela CDU é e mantêm-se exactamente da nossa parte a ser exactamente igual. E pensamos que esta explicação que nos foi agora dada pela Arquitecta, de facto suscita-nos um outro problema é que se em relação a esta matéria houve um erro de cadastro e daí derivou a possibilidade da implantação ser diferente para mais em relação àquilo que estava no projecto inicial, a minha pergunta, neste momento, é muito simples: É se, à semelhança deste erro de cadastro, existem outros erros de cadastro que produziram situações de implantação também diferente.”-----

----- **C.M.O.** -----

----- A **Senhora Arquitecta Antónia Lima** respondeu o seguinte: -----

----- “Esta foi a única situação que aconteceu até agora, e detectou-se pelo simples facto de ao implantar aquele lote havia um terreno confinante que já estava exterior ao Plano, e, portanto, apareceu um hiato, um intervalo entre as duas construções, e, foi aí que se detectou que para concretizar exactamente o que estava previsto, em termos de área, no Plano ficávamos com um buraco entre um edifício existente e o edifício proposto com dois metros, quando o objectivo do Plano era colar um edifício ao outro.” -----

----- **Sr. Pinto Ferreira (CDU/Independente)** -----

----- O Senhor Deputado Pinto Ferreira fez a seguinte intervenção: -----

----- “Estes erros estão previstos na legislação aplicável a estas situações, o que nos custa a perceber é:-----

----- Ponto número um, a Câmara Municipal tomou conhecimento do erro de implantação e muito bem embargou a obra, posteriormente sem haver a aprovação da alteração, que deu lugar ao embargo da obra, levanta o embargo. A obra prossegue, portanto, com a autorização da Câmara e, não só prossegue a construção como ela é concluída e o edifício é utilizado.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----No requerimento que eu entreguei, questionava precisamente a que título ou como é que é possível num imóvel que não está de acordo com o Plano que rege a área em que se encontra, como é que é possível autorizarem a utilização de espaços quando esse Plano, efectivamente, ainda não foi aprovada a sua alteração.” -----

-----**C.M.O.** -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Presidente, a questão é simples, verificado o erro de cadastro o que se verifica é que a manter-se aquela situação, a não ser feita esta alteração para legalizar uma situação, fica ali uma situação coxa, portanto, numa questão de dois metros. O que a Câmara Municipal fez perante a situação, porque , de facto, vai ficar ali uma situação coxa, a Câmara levantou o embargo condicionadamente, se esta Assembleia Municipal não aprovar esta alteração, só resta uma solução é demolir, tão simples como isso. Portanto, o embargo foi levantado condicionalmente nem está concluída a obra, fica uma solução má, portanto, é uma solução incorrecta, se não for aprovada só resta uma solução é demolir e acabou, é tão simples como isso.- -----

-----Agora, o que nos parece é que numa circunstância destas o problema devia ser resolvido da melhor forma, se fosse uma situação da qual decorresse ou que houvesse a suspeita de que havia aqui um propósito de especulação por parte do promotor, em que fosse uma situação propositada para fazer mais metros quadrados de construção, não, nem ele sabia, portanto, aqui ninguém sabia, quando a construção começa a nascer é que se verifica que havia ali aquele intervalo de dois metros, vamos deixar ficar dois metros no meio de dois prédios? Quer dizer, para urinol, para outras coisas, é o que aquilo dá. Portanto, é uma questão de razoabilidade, o problema é que a lei é tão rígida nesta história dos Planos que obriga que a Assembleia Municipal tenha que aprovar isto, portanto, é uma questão que não faz..., o que é ridículo é que, de facto, seja necessário vir até aqui à Assembleia Municipal por uma coisa

destas, mas a verdade é que se, porventura, não for feita esta alteração ao Plano é nula, quer dizer, a licença e tem que se demolir na mesma. Portanto, aqui é uma questão do bom senso e da razoabilidade, se a Assembleia Municipal, perante estas explicações que estão a ser dadas e foi o que aconteceu, porque às vezes sabemos que há algumas espertezas, nós sabemos que por vezes há construtores, há promotores, projectistas, que deitam o barro à parede para ver se conseguem fazer passar a coisa. Ora bem, não foi o caso, aqui é uma situação clara, e, portanto, perante a situação com que se defrontaram havia que encontrar uma solução, se, porventura, a Assembleia Municipal considerar que não há razão para se fazer essa alteração, paciência faz-se a demolição e fica lá o buraco.” -----

----- **Sr. Carlos André (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Carlos André fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu gostava ainda de saber por parte da Câmara se no caso e na eventualidade desta questão ser aprovada em sede de Assembleia Municipal, por um lado se há inconvenientes para terceiros. Em segundo lugar, naturalmente que quem vai beneficiar directamente de uma aprovação deste tipo é o empreiteiro, e eu gostava de saber quais são as contrapartidas que entretanto e eventualmente foram negociadas para a Câmara Municipal e para o Município.” -----

----- **C.M.O.** -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Este terreno vai ter que ser comprado à Câmara, portanto, este terreno deverá ter vindo à posse da Câmara em loteamento anterior e, portanto, estes dois metros são camarários, o que significa que agora terão que ser avaliados e são avaliados a preços de mercado, terá que ser pago à Câmara Municipal, porque caso contrário se, porventura, daqui decorresse o aumento de construção mas o terreno fosse do promotor, teria que pagar ou taxas agravadas ou teria que se fazer uma avaliação da área que tinha a mais, visto que ultrapassava o índice do Plano, portanto,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

neste caso concreto tem é que pagar o terreno que é da Câmara Municipal, terá que ser feita uma avaliação a preços de mercado, e, portanto, é assim que a situação tem que se resolver, porque o terreno não é dele, o terreno é da Câmara. Agora fica a Câmara com dois metros ali assim metido.” -----

-----**Sr. Jorge Pracana (PSD)** -----

-----O Senhor Deputado Jorge Pracana fez a seguinte intervenção: -----

-----“De facto as explicações do Senhor Presidente foram muito importantes para deslindar isso, eu não sou arquitecto mas vejo, de facto, com alguma angústia a possibilidade de existir ali uma chaminé de dois metros ao longo de dois prédios, cujos resultados como cidadão não vejo para que servirão. -----

-----Parece-me pois, não havendo incómodos para terceiros havendo um benefício da Câmara e dado o resultado evidente, o tal bom senso julgo que deverá, de facto, ser levado a cabo por esta Câmara. -----

-----Estas coisas sucedem, os enganos acontecem, neste caso foi até benéfico para a Câmara que vai realizar ali mais um negócio com este terreno. Muito obrigado.” -----

-----**C.M.O.** -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** deu ainda algumas explicações: -----

-----“Eu não respondi a uma questão ao Senhor Deputado, o problema de haver prejuízos para terceiros, pelo contrário os prejuízos decorrem nesta situação porque o promotor do lado está justamente à espera que se resolva esta situação para poder encostar o prédio dele também, e, portanto, quem está a ser prejudicado, neste momento, é o outro promotor que não pode concluir a obra dele sem que o outro avance também. -----

-----Quero vos dizer que isto dá num total..., dá duzentos e oito metros quadrados a mais, o que é absolutamente insignificante no contexto daquela construção, portanto, não tem qualquer significado.” -----

----- **Sr. Carlos Coutinho (CDU)** -----

----- O Senhor Deputado Carlos Coutinho fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. Nós pedíamos a interrupção dos Trabalhos para reavaliarmos esta situação, porque há dados novos que gostaríamos de conversar entre nós, por cinco minutos se fosse possível Senhor Presidente.” -----

----- **Sr. Presidente em Exercício** -----

----- O **Senhor Presidente da A.M. em Exercício** respondeu o seguinte: -----

----- “Interrompemos então a sessão durante cinco minutos, sendo necessária esta interrupção aproveitamos e fazemos um intervalo de dez minutos, portanto, às cinco menos cinco vimos recomençar os Trabalhos.” -----

----- **INTERVALO** -----

----- O Senhor Presidente da A.M. em Exercício interrompeu os Trabalhos para um intervalo de dez minutos. -----

----- Após o intervalo chegou à Assembleia Municipal o **Senhor Presidente, Dr. Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes.**-----

----- **Sr. Presidente** -----

----- O **Senhor Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

----- “Senhores Deputados vamos então reiniciar os Trabalhos da sessão de hoje, depois deste intervalo regimental. E, portanto, julgo saber que está discutido o ponto seis da nossa Ordem de Trabalhos, o que significa passar então à votação. -----

----- Senhor Deputado Carlos Coutinho pede a palavra para que efeito?”-----

----- O **Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU)** respondeu o seguinte:-----

----- “Para fazer uma intervenção sobre este assunto, é que nós pedimos a interrupção para avaliação deste ponto e agora queríamos dar o resultado dessa mesma avaliação em nome do Grupo.----- -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----O **Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Sim senhor. Tenha a bondade então.” -----

-----**Sr. Carlos Coutinho (CDU)** -----

-----O Senhor Deputado Carlos Coutinho fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado Senhor Presidente. O Grupo da CDU avaliou as explicações dadas pelo Senhor Presidente da Câmara e pela Senhora Arquitecta Antónia e, de facto, vai viabilizar esta alteração, que já era a sua intenção política quando ela veio cá da primeira vez mas que, de facto, na altura as explicações que nós reclamávamos, a falta dos Planos e as explicações prestadas na altura não foram feitas da melhor forma e levaram a uma posição frontal contra e que levou ao impedimento, na altura, de esta alteração não ter sido aprovada. -----

-----Nós vamos viabilizar esta alteração com a abstenção, como marca, como uma nota de que este tipo de situações não venham a ocorrer mais ou que sejam evitadas, é mais como um alerta e manifestamos, portanto, a nossa disponibilidade para a abstenção e viabilizar esta proposta. Muito obrigado, Senhor Presidente.”-----

### **3.6.1. VOTAÇÃO** -----

-----O Senhor Presidente da A.M. pôs à votação esta proposta a qual foi aprovada por maioria com vinte votos a favor, sendo dezanove do PSD (José Mário Sousa, Luís Costa e Castro, António Moreira, José Carlos Estorninho, Rui de Freitas, José Pereira Rodrigues, Luís Marques Mendes, Elisabete Oliveira, Helena Costa, Jorge Roque da Cunha, José Manuel Amaral Lopes, Jorge Pracana, João Duarte, José Manuel Garnacho, Madalena Castro, Manuel Madeira Martinho, José Ferreira de Matos, Fernando Caldeira Martins e José Jorge Pereira), um do PP (João da Silva Ramos, e dezoito abstenções, sendo treze do PS ( Vidal Antão, Célia Silva, Álvaro Miranda, Joaquim dos Reis Marques, Carlos André, Nominanda Fonseca, Agostinho Pires da Cruz, Luís Cunha Carreira, Judith do Passo, Pedro Martins Pereira, Carlos Reis, Manuel Salgueiro Aparício e Joaquim Costa Ferreira), e cinco da CDU (Carlos Coutinho, Joaquim Vieira

Cotas, Arlinda Néné, José Pinto Ferreira e Ermelinda Oliveira), que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta dela fazendo parte integrante.-----

----- Esta Deliberação foi aprovada em minuta.-----

**3.6.1.1. Sr. Carlos André (PS) – Declaração de Voto** -----

----- O Senhor Deputado Carlos André fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Senhor Presidente, naturalmente que a Bancada do Partido Socialista aceita a justificação que a Câmara apresentou, para que esta proposta pela segunda vez seja aqui discutida nesta Assembleia Municipal, não pretendemos, nem pretendemos com a nossa posição inviabilizar e fazer com que fosse demolida a construção que entretanto tinha sido criada. No entanto, gostaríamos de apelar e de recomendar à Câmara que em situações futuras, erros de cartografia, de facto, sobretudo em Planos como este, que não se repetissem.” -----

----- **DELIBERAÇÃO Nº. 9/2001** -----

**PROPOSTA CMO/6695 - 2001.02.07 - Pº. 4695-PB/95 - S.P. 17/92 - alteração sujeita a regime simplificado do Plano de Pormenor do Moinho das Antas - Oeiras** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta a que se refere a deliberação número trinta e três da reunião da Câmara Municipal , realizada em vinte e sete de Dezembro do ano findo e deliberou por maioria com vinte votos a favor, sendo dezanove do Partido Social Democrata e um do Partido Popular e dezoito abstenções, sendo treze do Partido Socialista e cinco da Coligação Democrática Unitária aprovar as alterações de pormenor introduzidas ao Plano de Pormenor do Moinho das Antas - Oeiras, nos termos e condições propostas pelo Órgão Executivo do Município, traduzidas naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade de votos, aprovar em minuta esta parte da Acta. -----

----- (Deliberação assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal) -----

----- **Sr. Presidente** -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----O **Senhor Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

-----“Está portanto encerrado este ponto, o ponto seis da nossa Ordem de Trabalhos. -----

-----Julgo que estamos em condições, tanto quanto estou informado, de regressar ao ponto três que é a apreciação e votação da proposta relativa ao Regulamento dos cemitérios no Concelho de Oeiras, e, portanto, julgo que já estamos em condições.-----

----- Vamos retomar a discussão deste ponto. -----

### **3.7. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O./07629 – 01.02.12 relativa ao Regulamento dos Cemitérios do Concelho de Oeiras. (Continuação)** -----

-----**Deliberação N.º 6/01, da A.M.** -----

-----**C.M.O.** -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte: -----

-----“Como eu tinha referido há pouco quando se discutia este ponto da Ordem de Trabalhos, o regulamento dos cemitérios transcreve na íntegra o artigo vinte e seis da Lei, que é o Decreto Lei 411/98 de trinta de Dezembro e que diz o seguinte: -----

-----“Em função da gravidade, da infracção e da culpa do agente são aplicáveis simultaneamente com as coimas ou simultaneamente com a coima as seguintes sanções acessórias: -----

-----A- Perda de objectos pertencentes ao agente.-----

-----B- Interdição do exercício de profissões ou actividades cujo exercício dependa de título público ou de autorização, homologação da autoridade pública.-----

-----C- Encerramento de estabelecimento cujo o funcionamento esteja sujeito a autorização ou licença de autoridade administrativa. -----

-----D- Suspensão de autorizações, licenças e alvarás.” -----

-----Isto é o que diz a lei e na generalidade dos casos os regulamentos na parte que é geral transcreve a lei para o regulamento, portanto, se é inconstitucional se, de facto, não tem

qualidade é a lei, o regulamento limitou-se a transcrevê-lo.-----

----- No entanto eu admito que, particularmente, a alínea b) – Interdição do exercício de profissões ou actividades cujo exercício dependa de título público ou da autorização, homologação da autoridade pública – de facto, não compete à Câmara dar essas licenças, portanto, mesmo as agências funerárias, a Câmara Municipal concede é as licenças de utilização do prédio mas a actividade da agência funerária é licenciada pela Administração Central, deve ser o Ministério da Saúde provavelmente. O que significa que se houver algum problema de necessidade de interdição não caberá à Câmara.-----

----- Já relativamente aos três pontos que de alguma forma possam depender da Câmara Municipal, poderá ser, eventualmente, objecto de uma sanção acessória aplicada pela Câmara, mas dadas as dúvidas que isso suscita eu penso, talvez, que fosse preferível suspender a discussão deste regulamento, voltaria à Câmara Municipal para análise deste ponto, porque me parece que estar a votá-lo, não até pelas razões que o Senhor Deputado invocou porque aí estaríamos sempre escudados pela lei, é a lei que diz isso. Agora o que não fará sentido é se, eventualmente, haverá algumas matérias aqui que escapam, que a Câmara Municipal tem competência para aplicar as contra ordenações não restam dúvidas, que tem competência, visto que a lei lhe confere essa possibilidade, de com a coima aplicar uma sanção acessória também, agora temos que ver é qual é o âmbito de aplicação da Câmara, e, portanto, acho que é preferível voltar à Câmara Municipal para se precisar melhor esta situação. Muito obrigado, Senhor Presidente.”-----

----- **Sr. Presidente** -----

----- **O Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Algum dos Senhores Deputados pretende ainda usar da palavra sobre este ponto ou não?-----

----- Mais nenhum dos Senhores Deputados, portanto, nós estamos aqui confrontados com



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

a seguinte questão:-----

-----Se bem entendi a ideia da Câmara era o regulamento voltar à Câmara ou é apenas este artigo convertido?”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O** respondeu o seguinte:-----

-----“Eu propunha, talvez fosse mais adequado só o artigo, porque julgo que foi o que suscitou aqui mais polémica, e, portanto, a Câmara Municipal procederia aos acertos neste artigo e traria a correcção ao artigo e discutia-se então depois o regulamento, porque caso contrário se vamos mexer no regulamento na totalidade terá que haver discussão pública outra vez.”-----

-----O **Senhor Presidente da A.M.** voltou a intervir: -----

-----“Eu só tenho aqui uma dúvida, eu peço desculpa, porque como não estava ao tempo desta discussão, a questão é o artigo setenta e um, certo? E é o artigo setenta e um na sua totalidade ou é uma alínea?-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** respondeu o seguinte: -----

-----“Terá que ser visto na totalidade.”-----

-----O **Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Tinha aqui a informação que era apenas a alínea b).”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte: -----

-----“Essa é a mais complicada mas isso implica a reformulação de todo o artigo.”-----

-----O **Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Não, talvez não, eu estava aqui a ouvir o Senhor Presidente e depois de me ter informado qual era a questão, havia sempre uma solução de natureza diferente que era hoje deixar cair alínea b), que é aquela que está controvertida, e, portanto, votar-se o regulamento sem a alínea b), se hoje a amanhã a Câmara quiser fazer uma alteração num sentido diferente apresentava, meramente, uma proposta de alteração, mas aí era só uma coisinha de natureza muito pontual. E, portanto, assim ficava o regulamento aprovado, se vier a ser aprovado, sem a

alínea b) a Câmara depois tem toda a liberdade mais tarde decidir se quer manter o regulamento assim dessa maneira sem alínea b) ou se quer dar uma outra redacção. -----

----- Julgo que pela a anuência das cabeças, pareceu-me concordância.-----

----- Senhor Deputado Silva Ramos tenha a bondade.”-----

----- **Sr. Silva Ramos (PP)** -----

----- O Senhor Deputado Silva Ramos fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu há momentos tinha posto uma dúvida que não cheguei a ser esclarecido, se, realmente, podem ser autorizados, na legislação anterior não podia, se presentemente podem ser autorizados funerais depois do pôr do sol.”-----

----- **Sr. Presidente** -----

----- O **Senhor Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

----- “Eu já dou a palavra à Câmara para responder, mas julgo que isso é da lei que nenhum regulamento pode alterar.-----

----- Senhor Deputado Reis Marques tenha a bondade.”-----

----- **Sr. Reis Marques (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Reis Marques fez a seguinte intervenção:-----

----- “Era para fazer um pedido ao Senhor Presidente de Câmara, neste caso e eu estive a ler o regulamento e fala da audição pública e diz que não houve ninguém que..., eu gostava de fazer um pedido:-----

----- Que à parte, quando vêm estes regulamentos à Assembleia, viesse em anexo o edital onde foi publicitado, porque, de facto, nós não percebemos, diz que foi em Agosto, não percebemos os dias, de tanto a tanto, portanto, que viesse em anexo o edital da publicitação da audição pública. Era só esse pedido.”-----

----- **Sr. Costa e Castro (J.F. Carnaxide)** -----

----- O Senhor Deputado Costa e Castro fez a seguinte intervenção:-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----“Eu sou da opinião, sou da inteira opinião da proposta do Senhor Presidente da Mesa, porque entendo que estando em vésperas, também, de inaugurar o novo cemitério municipal de Carnaxide já com características novas, eu penso que quanto mais depressa nós, efectivamente, fizermos a aprovação deste regulamento melhor. -----

-----Pode deixar-se, efectivamente, como propôs o Senhor Presidente, a discussão da alínea desse artigo para depois, aprovando o regulamento na sua essência. -----

-----**Sr. Presidente** -----

-----O **Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

-----Eu julgo que, de facto, é o mais equilibrado, uma vez que estamos a falar, a questão controvertida é uma alínea de um artigo. O que significa que, face a tudo quanto aconteceu, deixava-se cair, neste momento, a alínea b) do artigo setenta e um, portanto, não se votava, votava-se todo o texto menos esta alínea b). A Câmara ficará para o futuro sempre com estas várias possibilidades: Ou depois de re-analisar acha que esta alínea b) com esta ou com outra redacção não é necessária e o problema está resolvido, ou considera que há necessidade de reformular esta alínea e apresenta uma alteração pontual mas que não influi em nada do texto e não implica o adiamento da entrada em vigor desta matéria, certo? -----

-----Julgo que assim encontrámos uma solução equilibrada, o que significa então que poria à votação toda a proposta do ponto três, sendo que na redacção se votará tudo menos a alínea b) do artigo setenta e um, que desapareceu do texto.” -----

### **3.7.1. VOTAÇÃO** -----

-----O Senhor Presidente da A.M. pôs à votação esta proposta (ponto três da Ordem de Trabalhos) a qual foi aprovada por unanimidade com trinta e sete votos, sendo dezanove do PSD (José Mário Sousa, Luís Costa e Castro, António Moreira, José Carlos Estorninho, Rui de Freitas, José Pereira Rodrigues, Luís Marques Mendes, Elisabete Oliveira, Helena Lopes da

Costa, Jorge Roque da Cunha, José Manuel Amaral Lopes, Jorge Pracana, João Duarte, José Manuel Garnacho, Maria Madalena Castro, Manuel Madeira Martinho, José Ferreira de Matos, Fernando Caldeira Martins e José Jorge Pereira), treze do PS (Vidal Antão, Célia Silva, Álvaro Miranda, Joaquim dos Reis Marques, Carlos André, Nominanda Fonseca, Agostinho Pires da Cruz, Luís da Cunha Carreira, Judith do Passo, Pedro Pereira, Carlos Reis, Manuel Salgueiro Aparício e Joaquim Costa Ferreira), quatro da CDU ( Carlos Coutinho, Joaquim Vieira Cotas, Arlinda Néné e Ermelinda Oliveira) e um do PP (João da Silva Ramos), que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta dela fazendo parte integrante. -----

----- Esta Deliberação foi aprovada em minuta.-----

----- **DELIBERAÇÃO N.º 6/2001** -----

**PROPOSTA CMO/7629 - 2001.02.12 - Regulamento dos cemitérios do Concelho de Oeiras**

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta a que se refere a deliberação número trinta e seis da reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e quatro de Janeiro último e deliberou por unanimidade com trinta e sete votos a favor, sendo dezanove do Partido Social Democrata, treze do Partido Socialista, quatro da Coligação Democrática Unitária e um do Partido Popular aprovar o Regulamento dos Cemitérios do Concelho de Oeiras, excluindo a alínea b) do Artigo 71.º do referido Regulamento. -----

----- Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta. -----

----- (Deliberação assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal) -----

**3.8. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O./06694 – 01.02.07 relativa ao concurso público para a adjudicação da concepção e construção do edifício dos Serviços Municipais da C.M.O. – Fórum Oeiras** -----

----- **Deliberação N.º 10/01, da A.M.**-----

----- **Sr. Presidente** -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----O **Senhor Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

-----“Está, portanto, em discussão a proposta constante do ponto sete da Ordem de Trabalhos.- -----

-----Algum dos Senhores Deputados pretende usar da palavra neste ponto? -----

-----Senhor Deputado Silva Ramos tenha a bondade.” -----

-----**Sr. Silva Ramos (PP)** -----

-----O Senhor Deputado Silva Ramos fez a seguinte intervenção:-----

-----“A minha dúvida é relativamente, sendo um concurso concepção/construção era importante que o programa da obra fosse bem delineado, não se vê aqui qualquer discriminação do mesmo, portanto, fica para quando há um concurso de concepção se não estiver suficientemente talhado é um bocado difícil até de comparar propostas. -----

-----Por outro lado, aparece aqui, por exemplo, considerações a dizer que a Câmara gasta actualmente oitenta e dois milhares de contos, não se sabe bem em quê, em alugueres de casas, portanto, fica-se um bocado na dúvida disso. -----

-----E, por outro lado, pensam vender o terreno do Almarjão, é importante isso, é uma forma de justificar as despesas do edifício? Quer dizer, pode a Câmara vir a promover a construção do edifício e o concurso sem obrigatoriamente fazer uma venda que a pode tratar independentemente disso, e, portanto, as minhas dúvidas eram relativamente a esses aspectos. Muito obrigado.”-----

-----**Sr. Agostinho Cruz (PS)** -----

-----O Senhor Deputado Agostinho Cruz fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado. Antes da minha intervenção eu gostaria de chamar a atenção da Assembleia para o seguinte:-----

-----O ofício que a Câmara envia refere “concurso público para a adjudicação da concepção e construção do edifício dos Serviços Municipais da CÂMARA MUNICIPAL DE

OEIRAS – Fórum Oeiras”, a atenção que eu queria chamar é a seguinte:-----

----- A Câmara fez duas deliberações, ou seja, uma deliberação em duas alíneas, esta é a alínea a), e a Assembleia deve estar consciente de que vai também aprovar a alínea b) que tem a ver com a autorização desta Assembleia para a alienação da parcela do Plano de Pormenor do Almarjão. Este é um alerta para que a Assembleia saiba que vai votar duas autorizações e não uma só.” -- -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte:-----

----- “Para a primeira não é necessário, a primeira é da competência da Câmara. O que vem aqui à Assembleia é, justamente, a alínea b).”-----

----- O **Senhor Deputado Agostinho Cruz (PS)** disse o seguinte: -----

----- “De qualquer modo, Senhor Presidente, eu entendo que a chamada de atenção é pertinente, porque não está..., aquela que a Assembleia tem que autorizar não está em título.” ----

----- O **Senhor Presidente da A.M.** interveio e referiu o seguinte:-----

----- “Não, mas isso é meramente o título mas está no conteúdo.” -----

----- O **Senhor Deputado Agostinho Cruz (PS)** voltou a intervir e disse o seguinte: -----

----- “Não é meramente, é uma questão de precisão que as coisas devem ser precisas, está bem. -----

----- Portanto, para nós isto trata-se de uma proposta de concurso público que denota uma decisão ousada para o Município e que reflecte um cariz Europeu, há semelhança do que vemos feito pela “MAIRIE DE ESTRASBURGO”, que edificou o seu centro administrativo e deu aos Paços do Concelho a nobre função de salas de visitas para recepções e actos solenes. -----

----- Ao tentar concentrar num único edifício a maioria dos serviços camarários, de forma a dar àqueles uma maior eficácia, maior racionalização, uma maior economia de meios em oposição à grande dispersão hoje existente, com serviços em vários locais e em vários edifícios, tal dispersão causa, para além da inevitável perda da produtividade, um enorme consumo de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

recursos não contabilizáveis. Seria em termo de estrito senso o atendimento público uma versão da loja do cidadão.-----

-----Considerando as situações de financiamento e as propostas de amortização encontradas pela Câmara, parece-nos sustentável o apoio a tal proposta, tendo em vista os benefícios para os Municípes, trazidos pela eficácia de gestão de recursos que tal edifício pode proporcionar. Não podemos, contudo, deixar de lamentar que ainda neste caso tenha sido sonogado à Assembleia Municipal o programa de concurso, e, sobretudo, as condicionantes mínimas impostas aos potenciais concorrentes habilitando-nos a um melhor conhecimento do empreendimento em apreço. É claro que esperamos propostas de edifício moderno, inteligente, funcional e virado para um futuro de longo prazo, condições exigíveis para um investimento como o que se prevê.-----

-----Dado que a zona em que se insere o futuro edifício está agora, aparentemente, desafogada esperamos que a concepção leve em linha de conta os futuros acessos conjugados com os dos empreendimentos envolventes, nomeadamente no tocante a estacionamento com uma visão de longo prazo.-----

-----Quando eu refiro a questão da falta do programa de concurso, é em oposição a uma proposta já constante desta Ordem de Trabalhos e que nós aprovámos, nomeadamente à concessão da exploração do edifício das Galgas em Barcarena, que vem documentado com o programa de concurso e com o caderno de encargos. Tenho dito.”-----

-----**Sr. Pinto Ferreira (CDU/Independente)**-----

-----O Senhor Deputado Pinto Ferreira fez a seguinte intervenção:-----

-----“O edifício que se pretende construir com a abertura deste concurso público internacional para a adjudicação da concepção e construção é um edifício a todos os níveis emblemático do Município, se devemos ter cuidado com a qualidade de todos os edifícios do nosso território, do território a que pertencemos, este é sem dúvida, irá servir como emblema,

como símbolo do nosso Concelho. Nesse sentido eu sugeria à Câmara, sabendo que é um processo mais demorado mas por outro lado, em meu entender, mais profícuo, que em vez da adjudicação do concurso de concepção/construção, fosse realizado um concurso de ideias para o objecto agora em causa e posteriormente seguisse as fases seguintes. -----

----- Quero ainda referir que, efectivamente, noto aqui a falta do programa do concurso mas não é isso que neste momento, para mim, é o mais importante. Neste momento para mim o mais importante é, efectivamente, estarmos a tratar daquilo que vai ser a imagem e o símbolo do Município e que me parece que mereceria da nossa parte ou que deveria merecer da nossa parte uma atenção com a abertura de um concurso público internacional de ideias. É tudo, muito obrigado.” -----

----- **Sr. Joaquim Cotas (CDU)** -----

----- O Senhor Deputado Joaquim Cotas fez a seguinte intervenção: -----

----- “Embora reconheça que o novo edifício pode representar um factor positivo no que diz respeito à racionalização dos Serviços, bem como a melhoria das condições de trabalho dos funcionários da Câmara Municipal e do próprio atendimento público, a CDU não vai votar favoravelmente este projecto por entender que não se trata de uma prioridade para o Concelho e para os seus habitantes. -----

----- Por outro lado, a avultada importância que este empreendimento vai exigir, parece-me que ao certo ainda ninguém sabe mas que rondará os três milhões de contos, poderiam ser melhor aplicados na resolução de outros problemas e carências existentes no Concelho de Oeiras, tais como: as acessibilidades, que estão como todos nós sabemos, os transportes, a recuperação das ribeiras, a melhoria da rede viária, a melhoria do meio ambiente e a recuperação do património histórico municipal. -----

----- Por isto, a CDU vai abster-se deste projecto porque, na verdade, não se trata nesta altura de uma prioridade para um investimento desta grandeza. Muito obrigado.” -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----**Dona Madalena Castro (PSD)** -----

-----A Senhora Deputada Madalena Castro fez a seguinte intervenção:-----

-----“Peço desculpa, mas eu não posso deixar de referir quanto à apreciação desta proposta que estou extremamente admirada com algumas intervenções de alguns Deputados Municipais de outras Bancadas, porque como sabem eu trabalhei quase dez anos na CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS, uma parte dos quais em condições bastante, enfim não digo precárias porque comparativamente com outros colegas elas eram excelentes mas ainda sei que presentemente e embora essas condições tenham melhorado muito, ainda há dezenas e dezenas de trabalhadores da Câmara Municipal que para todos os efeitos prestam um serviço público e estão ao serviço dos Municípes de Oeiras que não têm condições de trabalho. Eu quero felicitar a Câmara de Oeiras por esta apresentação, a metodologia penso que o executivo saberá a forma como deverá proceder, de qualquer forma, quanto a mim, ela peca pelo atraso, penso que já deveria ter ocorrido há bastante mais tempo, este executivo e nomeadamente o Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS tem valorizado em muito em Instituições, Institutos todo o Concelho de uma forma geral, quer ao nível da acção social, ao nível da cultura, ao nível de instalações, e lamento que só agora esta proposta venha à Assembleia Municipal, por isso quero felicitar a Câmara por isto, espero que rapidamente os trabalhadores da CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS tenham melhores condições. E, pela minha parte, lamento que alguns Deputados não compreendam assim. Muito obrigado.”-----

-----**C.M.O** -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

-----“ Muito obrigado, Senhor Presidente. Realmente perguntas penso que só o Senhor Deputado Silva Ramos é que fez. (mudança de cassete) -----

----- Foi adquirido o edifício para esse efeito, de resto, Cascais já fez novas instalações, Sintra fez novas instalações, Loures fez novas instalações, enfim, um pouco por todo o lado os

Municípios têm vindo a adquirir novas instalações. -----

----- Ora bem, Oeiras penso que demorou muito tempo, demorámos muito tempo a tomar esta decisão, depois de termos feito o esforço que fizemos na construção de edifícios para Bombeiros, Igrejas, Centros Paroquiais, Lares da Terceira Idade e por aí fora, acessibilidades, as nossas estradas, ao contrário do que possam dizer estão um brinquinho, o que está mal são as estradas nacionais, mas, agora com as chuvas tivemos naturalmente alguns estragos, mas, de uma forma geral, as nossas estradas estão em bom estado e garanto-lhes que dentro de três ou quatro meses as que foram agora deterioradas com as chuvas e que se foram deteriorando ainda mais com o desgaste com o facto de ter estado a chover durante estes meses todos, temos sido impossibilitados de estar a pôr alcatrão e portanto temos que aguardar a melhoria do tempo, mas, não tenham dúvidas que nos próximos três meses, se o tempo o permitir, teremos todas essas situações resolvidas. -----

----- O que acontece é que, eu gostaria realmente, se calhar nós na Câmara nem sempre sabemos estimular devidamente os Senhores Deputados, provavelmente devíamos ter providenciado uma visita aos nossos Serviços porque muitos dos Senhores não conhecem bem as condições de trabalho em que o pessoal está. -----

----- Realmente nós pagamos oitenta e dois mil contos em rendas, porque estamos a pagar rendas na Fundação de Oeiras, pagamos rendas na Rua Cândido dos Reis, pagamos rendas por cima da Caixa Geral de Depósitos, ali no Largo da Igreja, e, adquirimos, como sabem, novas instalações para a Divisão de Habitação, para o Departamento de Habitação, adquirimos novas instalações para o arquivo, para o Centro de Documentação e Informação, para a Polícia Municipal, portanto, a Câmara foi realmente melhorando as condições de trabalho. Fizemos esta Biblioteca e este Auditório, estamos a fazer uma obra extraordinária no Palácio Ribamar, eu espero que os Senhores Deputados vão lá à inauguração, é à volta de meio milhão de contos que se está a investir naquele edifício, onde irá ficar mais uma Biblioteca, um autêntico Centro



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Cultural em Algés. -----

----- Portanto, o que acontece é que realmente, se forem por exemplo, visitar o Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara verão as condições precárias em que os Arquitectos, os Engenheiros estão a funcionar. Se forem, por exemplo, à Divisão de Informática verificam que estão numa cave, praticamente é uma cave com umas janelas estreitinhas lá em cima, e, de facto, não tem condições de trabalho. -----

----- Reparem que este edifício sede tem para ai cinquenta anos ou mais, mais de cinquenta anos provavelmente e concebido para um período em que o Poder Local era o que todos sabem, tudo isto teve transformações extraordinárias, hoje estamos dispersos um pouco por todo o lado, foram sendo feitas algumas adaptações nos edifícios, é claro que vamos construir um edifício, está pronto o edifício dos Serviços Municipalizados, possivelmente durante o mês de Abril vai permitir a mudança dos Serviços Municipalizados, isso vai-nos permitir que, por exemplo, o Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística transite para o actual edifício dos Serviços Municipalizados, neste momento posso-lhes dizer que temos Técnicos que, praticamente, não têm onde se sentar, temos, por exemplo funcionários que estão de costas junto à casa-de-banho, quem vai para a casa-de-banho a pessoa tem que se desviar, portanto, as condições de trabalho, e, devo dizer-lhes o seguinte: -----

----- Acho que a performance dos funcionários da Câmara melhorou muito porque as condições de trabalho, neste momento, também melhoraram porque tivemos que adquirir muitos espaços, etc., mas, hoje há uma irracionalidade total, é uma dispersão total, e, portanto, eu julgo que se impunha neste momento, é o mínimo de consideração pelos nossos funcionários mas também pelo público, que é obrigado a ir buscar uma fotocópia à Fundação de Oeiras, depois vem pagar ali à Tesouraria, depois vai lá acima ao DIM fazer uma outra coisa qualquer. -----

----- Quer dizer, as pessoas, os munícipes perdem um tempo enorme, e, isto gera inclusivamente alguma fuga até em responsabilidades dentro da Câmara Municipal, portanto,

quer pela consideração dos funcionários, quer pela consideração dos munícipes era fundamental encontrar uma solução. Portanto, este edifício, eu julgo que não podíamos adiar mais tempo precisamente porque perante aquilo que a Câmara Municipal de Oeiras tem feito ao nível do Concelho não fazia sentido que adiasse por mais tempo esta decisão. -----

----- Ora bem, o problema do programa do concurso e o cadernos de encargos, eu devo dizer-lhes que não foi enviado a toda a gente, foi enviado um para cada Força Política, para conhecimento, e, como calculam não faz sentido, para já porque não há decisão sobre isso e o caderno de encargos é que contém os fundamentos para o concurso e as necessidades que devem ser contempladas no projecto. Portanto também não me parece que fosse relevante, mas nós enviarmos uma cópia para aqueles que tivessem mais interesse em consultar e saberem realmente o que é que vai constar o edifício. -----

----- No que respeita à possibilidade de fazer como o Senhor Deputado Ferreira disse um concurso de ideias, concurso de projecto e concurso de obra, bom, essa foi uma opção que nós excluímos é que nós queremos ter os Paços do Concelho prontos dentro de três anos, não os queremos ter daqui a dez. A questão é esta, vivemos numa situação porque devíamos talvez ter feito isto há mais tempo mas porque tivemos efectivamente outras prioridades, outras prioridades já as tivemos e portanto, justamente para não estar a abrir um concurso de ideias, depois a adjudicação do projecto e depois a abertura do concurso para a empreitada, realmente eu não tenho dúvidas, nem daqui a seis anos nós teríamos o edifício pronto. -----

----- Este processo, sendo um concurso internacional, por outro lado sendo um concurso com uma dimensão, tratando-se de um edifício para serviços municipais, não tenhamos dúvida que o problema da criatividade, da imaginação não vai faltar porque os grandes projectistas, os grandes construtores vão estar interessados nesta obra, logo não tenhamos ilusões. Este modelo de concurso por uma obra pequena, uma obra de duzentos ou trezentos mil contos, podia não despertar as atenções, e, eu gostaria de dar uma triste notícia ao Senhor Deputado Cotas, tomara



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

eu que fossem só três milhões de contos, mas eu desconfio que vão ser mais, eu acho que se isto ficar nos quatro milhões de contos é óptimo, não me parece até que com três milhões de contos se consiga fazer, logo até admito que vá aos quatro milhões de contos. -----

----- Quanto refere acessibilidades, transportes e por aí fora, eu gostaria de lhe dizer o seguinte: -- -----

----- Vai agora uma Câmara montar uma empresa de camionagem? Os transportes no Concelho estão concessionados e portanto aquilo que nós temos que fazer ..., eu acho que é bom deixar-se de falar nos transportes, o que a Câmara e a Assembleia Municipal têm que fazer é exigir, por exemplo, a modernização da linha de Cascais, da linha do Estoril, porque é preciso ter carruagens, ainda há dias tive um encontro, aliás dei-lhes conhecimento disso, com o Presidente da REFER que me disse que iam encomendar agora umas seis ou sete carruagens modernas, vamos lá a ver quando é que elas vêm, mas ele falou-me que realmente iam fazer um reforço das carruagens aqui na linha do Estoril. -----

----- É importante que os concessionários dos transportes, que haja uma maior exigência no sentido de eles prestarem um melhor serviço de transportes do que o que estão a prestar, agora eu ainda não vi nenhuma proposta desta Assembleia Municipal no sentido da Câmara Municipal criar uma empresa de transportes, até hoje ainda ninguém propôs isso. -----

----- Portanto, quando se fala em transportes temos que saber aquilo que estamos a dizer.

----- Este modelo porque a Câmara Municipal optou parece-nos que, atendendo à dimensão do projecto, é, de facto, o mais adequado. A própria forma de pagamento incluindo aqui terrenos como pagamento de parte da construção também é mais adequada pelo seguinte: porque isto configura uma hasta pública, isto é, a obra será adjudicada àquele que fizer melhor preço na construção e ao mesmo tempo aquele que der mais pelo terreno, quer dizer, nós estamos aqui a fazer uma espécie de dois concursos públicos em simultâneo, um para a construção do edifício, outro para a hasta pública do terreno, e, é da conjugação destes dois valores que nós

chegamos à melhor proposta. -----

----- Assim, também nesse aspecto nos parece que era a melhor solução. -----

----- Quanto à questão da prioridade, eu sobre isso acho que já disse o que tinha a dizer, eu só lhes pedia o seguinte: falem com os funcionários da Câmara, vejam as situações em que eles se encontram, perguntem-lhes se é prioridade ou não a resolução de um problema que tem a ver com a sua qualidade de vida, que tem a ver com o seu dia-a-dia, são eles no fundo que também constróem este Concelho todos os dias, e, portanto, eu acho que devemos também estar atentos às condições de trabalho que damos aqueles que efectivamente são responsáveis pelo cumprimento das nossas decisões, sejam as da Câmara sejam as da Assembleia Municipal. -----

----- Perguntem também aos munícipes, pois estou convencido que os munícipes vão considerar positiva esta questão porque, realmente, aqueles que demandam o Município todos os dias vão deixar de andar aqui para a seca e para a meca, para trás e para diante. -----

----- Além de que, ainda há outro aspecto, é que isto também vai permitir à Câmara Municipal depois realizar ..., nós não devemos é estar a vender à pressa, não sei se estão a ver, mas os prédios que vão ficar devolutos, por exemplo, ficará devoluto o Centro de Informação e Documentação, provavelmente, ficará devoluta a área do edifício dos Recursos Humanos, ficará devoluta a Polícia Municipal, o Departamento de Habitação, quer dizer, haverá uma série de edifícios que a Câmara Municipal, uma vez desocupados, poderá transaccionar. -----

----- Por outro lado, onde estão actualmente os Serviços Municipalizados e o edifício da Câmara, além de se manter como edifício prestígio de representação, manter-se-á também como um espaço, um Centro Cultural que deve naturalmente manter uma actividade intensa até para, de alguma forma, continuar a dar vida ao centro da Vila de Oeiras. -----

----- Portanto, eu parece-me que este é de facto, ou deve ser considerado, este edifício, quer pelas expectativas do ponto de vista arquitectónico que nós temos, da representatividade, do simbolismo que este edifício vai ter. Mais, no momento em que nós vamos arrancar com o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Parque dos Poetas, em que no terreno vai ser construído e toda aquela urbanização se vai concluir, este é o momento, não fazia sentido que a Câmara Municipal deixasse ali um buraco para depois com infra-estruturas de qualidade como aquelas que ali vão nascer, daqui por meia dúzia de anos então avançasse o edifício. Por isso esta era realmente a oportunidade para nós resolvermos este problema. Muito obrigado." -----

----- **Sr. Pinto Ferreira (CDU Independente)** -----

----- O Senhor Deputado Pinto Ferreira disse o seguinte: -----

----- " Todos nós concordamos que as condições de trabalho de todos os funcionários da Câmara em geral, são aquelas que nós sabemos e que são, de facto, más. -----

----- Agora, vou ultrapassar essa questão, que é uma questão muito importante, tanto para os funcionários como para os munícipes mas vou-me cingir mais uma vez à questão do modelo de concurso proposto. Não foi por acaso, penso eu, que o Senhor Presidente referiu que vão ser feitos quase duas hastas públicas ou dois concursos, um em função do valor mais barato da construção, outro para o valor mais alto dos terrenos, a qualidade arquitectónica o Senhor Presidente não a referiu. -----

----- Depois, só um pedido de esclarecimento sobre esta folha que aqui aparece na proposta, uma fotocópia da primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras, em que faz referência a terrenos em Barcarena. Se me fosse possível dar algum esclarecimento sobre isso. Muito obrigado." -----

----- **Sr. Agostinho Cruz (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Agostinho Cruz referiu o seguinte: -----

----- " A minha intervenção tem dois pontos: primeiro relativamente à intervenção da Senhora Deputada Madalena. É que eu não percebi bem, deu-me a sensação, e, é um esclarecimento que eu pedia, no sentido de saber se ela se referia à minha intervenção ou à intervenção do Partido Socialista. -----

----- A segunda é em relação ao Senhor Presidente. Nós tivemos o cuidado de realçar os méritos da proposta, os méritos do financiamento, da forma de financiamento encontrada, nomeadamente o colocar no mercado, nas regras do mercado, a valorização do terreno do Almarjão sem pôr à partida uma definição curta e estrita do valor do terreno para evitar especulações. -----

----- Portanto, o mercado funcionará, pensamos que bem, o que eu pedi e que lamentei não ter recebido foi o programa do concurso, que não veio para a Bancado Partido Socialista, veio o Caderno de Encargos da parcela do Almarjão, portanto com as regras a que está sujeito o Plano de Pormenor do Almarjão, portanto, é essa falha que eu senti. -----

----- É claro que o Senhor Presidente, no último ponto desta Ordem de Trabalhos, nomeadamente no Relatório dos dois últimos meses do ano, inclusivamente o Janeiro de 2001, o Senhor Presidente refere isso na introdução, refere alguns pontos na introdução, mas o que nós pedíamos era ter a noção, em termos de programa de concurso dos parâmetros mínimos que foram dados aos potenciais concorrentes para termos uma ideia global daquilo que está em causa, e, isso nós não temos." -----

----- **Sr. Reis Marques (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Carlos André fez a seguinte intervenção: -----

----- " Bem, Senhor Presidente eu sobre o edifício não vou falar porque já foi tudo dito, o Senhor Presidente também o disse e nós reconhecemos isso, mas, há aqui uma situação, e, o Senhor Presidente na sua primeira intervenção clarificou, é que nós não estamos a falar sobre o edifício nem é isso que quero falar mas estamos a falar sobre a alienação de um terreno. -----

----- E, sobre a alienação era necessário, pelo menos na minha interpretação da Lei, que viesse um relatório da Comissão de avaliação dos terrenos onde viesse o valor referência dos terrenos que nós vamos alienar no Alto do Almarjão, porque sem isso nós estamos a alienar um terreno que não sabemos quanto vale, assim como a área do artigo matricial. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Essa é que é a questão fundamental, portanto, para nós termos que alienar um terreno." -- -----

----- **Sr. Joaquim Cotas (CDU)** -----

----- O Senhor Deputado Joaquim Cotas referiu o seguinte: -----

----- " As estradas estão um brinquinho, disse o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Eu repito: as estradas estão um brinquinho, disse o Senhor Presidente da Câmara, basta andar na rua para verificar que não é bem assim. -----

----- Apenas um exemplo, ou dois, dois exemplos: a Avenida Pedro Álvares Cabral, aqui mesmo ao lado, ao longo da via férrea até à Diogo da Silva, mais parece uma picada para todo o terreno do que para uma via com grande trânsito, com uma grande intensidade de tráfego. -----

----- Há dias, uma senhora ficou com uma roda a menos com uma pancada que deu na rua próximo da Quinta dos Sete Castelos, a roda saltou mesmo. Ela disse-me que ia entregar a conta à Câmara, não sei se já lá chegou. -----

----- Por outro lado, a Rua D. João de Castro, lá em baixo ao longo da Ribeira, aquilo mais parece um sobe e desce, uma montanha russa. -----

----- Portanto, não são bem um brinquinho, Senhor Presidente, e, estão mesmo aqui ao pé da sede do Município. Logo estes dois exemplos demonstram que na verdade este brinquinho está muito mal acabado." -----

----- **Sr. Presidente** -----

----- O Senhor Presidente da A.M. esclareceu o seguinte: -----

----- " Já agora, só informar a Assembleia antes de passar à votação que o Senhor Presidente da Câmara, embora não sendo obrigatório, me disse que terá todo o gosto em posteriormente enviar para conhecimento dos Senhores Deputados o programa do concurso que depois será lançado, sublinho que não é obrigatório mas é uma deferência da Câmara que eu julgo que vale a pena sublinhar." -----

### **3.8. VOTAÇÃO** -----

----- O Senhor Presidente da A.M. pôs à votação esta proposta a qual foi aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor sendo dezanove do PSD (José Mário Sousa, Costa e Castro, António Moreira, José Estorninho, Rui de Freitas, José Rodrigues, Marques Mendes, Elisabete Oliveira, Helena Lopes da Costa, Roque da Cunha, Amaral Lopes, Jorge Pracana, João Duarte, José Garnacho, Madalena Castro, Manuel Martinho, Ferreira de Matos, Caldeira Martins e José Jorge Pereira), dois do PS (Agostinho Cruz e Judith do Passo) e um do PP (João da Silva Ramos) e com dezasseis abstenções sendo onze do PS (Vidal Antão, Célia Pernencar, Álvaro Miranda, Reis Marques, Carlos André, Nominanda Fonseca, Cunha Carreira, Pedro Martins Pereira, Carlos Reis, Manuel Aparício e Costa Ferreira) e cinco da CDU (Carlos Coutinho, Joaquim Vieira Cotas, Arlinda Néné, Pinto Ferreira e Ermelinda Oliveira), que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta dela fazendo parte integrante. -----

----- Esta Deliberação foi aprovada em minuta. -----

#### **3.8.1.1. Sr. Agostinho Cruz (PS) - DECLARAÇÃO DE VOTO** -----

----- O Senhor Deputado Agostinho Cruz fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- " Era para dizer que eu não me abstive, por coerência com todo o teor da minha intervenção, votei a favor." -----

#### **----- DELIBERAÇÃO Nº. 10/2001 -----**

#### **PROPOSTA CMO/6694 - 2001.02.07 - Concurso público para a adjudicação da concepção e construção do edifício dos Serviços Municipais da C.M.O. - Fórum Oeiras** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta a que se refere a deliberação número dezanove da reunião da Câmara Municipal, realizada em dez de Janeiro último e deliberou por maioria com vinte e dois votos a favor, sendo dezanove do Partido Social Democrata, dois do Partido Socialista e um do Partido Popular e dezasseis abstenções, sendo onze do Partido Socialista e cinco da Coligação Democrática Unitária, autorizar a alienação de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

parte do artigo matricial número oitocentos e trinta e três, da Freguesia de Linda-a-Velha para pagamento do projecto e obra, objectos do Concurso Público Internacional para adjudicação da concepção e construção de um novo edifício sede dos Serviços Municipais na zona de Cacilhas - Oeiras, nos termos e para os efeitos da alínea i), do número dois, do artigo quinquagésimo terceiro, do Decreto-Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta. -----

----- (Deliberação assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal) -----

### **3.9. Designação de 4 representantes da Assembleia Municipal para integrarem a Comissão Municipal de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, nos termos do disposto no Artigo 17º. da Lei Nº. 147/99, de 1 de Setembro -----**

----- **Sr. Presidente** -----

----- O Senhor Presidente esclareceu o seguinte: -----

----- " Entrou na Mesa uma proposta, que é aquela que vou submeter à votação, que propõe para esta Comissão as seguintes pessoas: Nominanda Fonseca (PS), Arlinda Néné (CDU), Madalena Castro (PSD) e Elisabete Oliveira (PSD). -----

----- É a única proposta que existe e portanto vai ser submetida à votação por escrutínio secreto. Estão a ser distribuídos os boletins de voto, quem quiser votar a favor põe sim, quem quiser votar contra põe não, quem quiser votar em branco vota em branco. -----

----- Senhores Deputados, sim, não e voto em branco. O Senhor Secretário vai começar a chamar os Senhores Deputados para a votação." -----

----- Neste momento, o **Senhor Segundo Secretário, José Manuel Garnacho** procedeu à chamada dos Senhores Deputados para a votação por voto secreto. -----

### **3.9.1. VOTAÇÃO -----**

----- O Senhor Presidente da A.M. pôs esta proposta à votação mediante escrutínio secreto, a qual foi aprovada com trinta e quatro votos a favor, um contra e dois votos brancos, o que se significa que estão eleitas para integrarem esta Comissão as Senhoras Deputadas Nominanda Fonseca (PS), Arlinda Néné (CDU), Madalena Castro (PSD) e Elisabete Oliveira (PSD), a quem aproveitou para desejar os maiores sucessos. -----

**3.10. Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, acerca da actividade do Município, nos termos da alínea e), do N.º 1 do Artigo 53.º da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro -----**

----- **Sr. Silva Ramos (PP)** -----

----- O Senhor Deputado Silva Ramos referiu o seguinte: -----

----- " Quanto ao aspecto geral deste relatório, ele representa um progresso sensível que se tem verificado nos últimos relatórios pelo conjunto de informação que fornece, por abrir com uma apreciação do Senhor Presidente da Câmara que é importante, simplesmente, na minha opinião, eu continuo a considerar que estes relatórios têm elementos a mais. Seria útil fazer alguma coisa, até no tamanho das letras, há assuntos de segunda importância que têm letras demasiadamente grandes, tudo isso enche papel e não facilita a leitura e a observação no conjunto. - -----

----- De qualquer maneira, é um relatório apreciável e que constitui um progresso notável neste aspecto. -----

----- Entrando no pormenor, aparecem coisas como, por exemplo, está aqui logo na introdução, como constituída a empresa municipal OEIRAS VIVA, se eu me recordo ela foi aprovada aqui pela Assembleia Municipal já em 2001, quer dizer, a Câmara antecipou-se ou não tem a consideração devida pela Assembleia Municipal e não se preocupa muito com a opinião da Assembleia Municipal. -----

----- O outro aspecto refere realmente a perspectiva do novo edifício dos serviços



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

municipais, e, depois há uma parte considerável sobre problemas das extensões dos Centros de Saúde e a situação da saúde no Concelho. Eu relativamente a isso vou fazer umas breves considerações, e, tenho esta opinião: -----

----- Não costumo usar muito os Centros de Saúde ou as extensões dos Centros de Saúde no Concelho de Oeiras, no entanto, um dia tive ocasião de ir ao de Paço de Arcos, de apreciar o funcionamento daquilo e o que eu considero não são as instalações que mais afectam o conjunto e o serviço à população é o funcionamento em si. -----

----- Quer dizer, é uma coisa mal organizada, com pessoal pouco cuidadoso, embora os médicos possam cumprir integralmente, o pessoal administrativo e todo aquele conjunto que funciona ali é bastante mau. Se houvesse o mínimo de organização, eu quase que, em determinada altura, me propus, se eles quisessem, fazer uma reorganização daquela coisa, que em dois ou três dias se conseguia remodelar fortemente a parte administrativa, e, esse é para mim um dos aspectos piores do Serviço de Saúde. -----

----- Eu verifico, e, tenho utilizado na Beira, quer o do Fundão, quer o Hospital da Covilhã, e, verificou que esses Centros mercê de terem talvez menos afluência, funcionam bastante melhor. Uma pessoa é prontamente atendida, ainda noutro dia, com um problema no esófago, em quinze minutos inscrevi-me, fui atendido pelo médico, tratado pelo enfermeiro e tinha o problema resolvido. Portanto, o problema é fortemente de organização. -----

----- A Câmara é claro que não tem a ver com as organizações da Saúde mas, se calhar, mais importante ainda do que as instalações, embora a do Dafundo esteja muito mal, no caso da de Paço de Arcos, eu considero que o mais importante é a organização administrativa e de conjunto do que propriamente o edifício em si que é claro que é fraco, é velho e não está muito bem. -----

----- Passando à apreciação da situação financeira e do grau de execução orçamental, e, ao corresponder aos dois últimos meses do ano e ao fazerem valores acumulados permitem

realmente apreciar a evolução do ano, verifica-se que a execução faz uma diferença em relação ao orçamento de cerca de cinco milhões de contos, não chega bem a cinco milhões são quatro milhões e qualquer coisa. Recordei a figura do Professor Celorico Moreira, ainda aqui nesta Câmara, quando foi aprovado o Orçamento para 2000, em que dizia que ele estava empolado em cinco milhões de contos, realmente parece que sim. -----

----- Isso não me parece que tenha umas consequências muito graves, mas, o que é certo é que realmente houve essa diferença. -----

----- Na parte da análise das origens das Receitas verifica-se que houve Receitas que fazem uma diferença bastante grande, uma é os rendimentos das propriedades, foram só dez por cento do orçamentado, houve qualquer coisa que não funcionou com certeza, e, as Vendas de Bens e Serviços também atingem só vinte e quatro por cento. Notar os Impostos Directos, quer dizer, a Sisa teve um crescimento realmente para além do previsto, mas é de considerar por considerações que já têm sido feitas aqui que isso não se deve manter indefinidamente. -----

----- O ano de 2000 foi um ano muito favorável para a Sisa, houve grandes transações e portanto é natural que esses valores não se venham a repetir no corrente e no próximo ano. A Derrama é natural que se mantenha, no entanto no caso das Receitas há aqui coisas que acho um bocado fora, um deles é o problema dos preços de loteamentos e obras tendo havido muito movimento de construção. As licenças foram só trinta e nove por cento do previsto, o que é para admirar. E, outra coisa, os caniúdos, uma das coisas que afecta o Concelho são os cães vadios, aliás, é um problema que hoje afecta o País inteiro. Em vários sítios é impressionante encontrar bandos de cães vadios, encontram-se em várias povoações, aqui no Concelho não há muita nenhuma, portanto, há cães vadios e ninguém toma conta do assunto. -----

----- O outro aspecto, onde também não há Receitas, é no sector empresarial autárquico, nós não temos visto relatórios desse sector e realmente verificamos que as Receitas são zero, quer dizer, a Câmara, pelo menos este ano, não beneficiou em nada do seu sector empresarial. --



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Nos pontos essenciais era isto que eu queria dizer. Muito obrigado." -----

----- **Dona Ermelinda Oliveira (CDU)** -----

----- A Senhora Deputada Ermelinda Oliveira disse o seguinte: -----

----- " Ermelinda Oliveira, CDU. -----

----- Ao ler este documento do Senhor Presidente da Câmara, logo na sua introdução quando li fiquei logo sem vontade para continuar a ler o seu conteúdo, apenas por isto, apenas por isto não, mas também por isto, ao verificar que a Freguesia onde resido, a Freguesia de Barcarena, da qual me habituei a gostar como se fosse minha, continua em certos aspectos a ser esquecida, nomeadamente num aspecto que é premente, e, porque se trata de crianças, devia merecer realmente uma melhor atenção e o respeito de nós todos. -----

----- É a Escola C+S de Barcarena que é reclamada há tantos anos, que o Senhor Presidente da Câmara há bastantes anos também que afirma que está terreno disponível e nesta introdução vemos aqui uma Moção aprovada, e, muito bem, que foca a Escola do Alto de Santa Catarina, de Porto Salvo, sim senhor, concordamos, só lamento sinceramente que tenha esquecido a Freguesia de Barcarena. -----

----- Sabemos que são crianças, umas largas dezenas da Escola Básica, que todos os anos andam penduradas nos transportes, muitas vezes até para fora do Concelho e outras para zonas distantes, ainda com a agravante de não terem transportes que condigam com as Escolas nomeadamente, quando por exemplo na Escola de Queijas, e, quem diz na Escola de Queijas diz nas outras, mas a Escola de Queijas especialmente, se falta um professor e não há aulas as crianças ficam ali porque não têm transporte para ir para casa, se não tiverem família a quem telefonem para os ir buscar, e, muitas vezes em condições menos próprias. -----

----- Daí que a população já se organizou, há um abaixo-assinado que eu não sei se, neste momento, já foi entregue na Câmara, mas, já foi entregue nesta Assembleia, onde reclama realmente a urgência da construção daquela escola, e, por isso mesmo é que eu, quando comecei,

quando li isto, lamentei profundamente, quando a Câmara se pronunciou e se preocupou com as outras escolas no Concelho, com as quais nós não estamos contra evidentemente, mas que não se lembrasse que, na Freguesia de Barcarena, é uma necessidade urgente também este caso. -----

----- Neste sentido, também gostaria que o Senhor Presidente me dissesse se efectivamente o terreno que tem afirmado muitas vezes que está disponível, está e aonde, porque contactámos o Ministério da Educação, e, segundo eles disseram, não têm conhecimento de terreno nenhum. -----

----- De maneira que não sei aqui onde é que está a verdade ou a menos verdade. Gostaria que o Senhor Presidente depois me informasse se, de facto, existe terreno ou não, aonde e se o Ministério tem ou não conhecimento. -----

----- Em relação à saúde, também em princípio também não vi a extensão de Saúde de Barcarena, mas, mais à frente verifiquei que também havia essa preocupação. Para agora, era só." -----

----- **Sr. Agostinho Cruz (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Agostinho Cruz referiu o seguinte: -----

----- " Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- A minha intervenção sobre este relatório vai ser muito sucinta na medida em que ele está à partida prejudicado pela proximidade da apresentação do Relatório Anual, e, eu vou esperar pelo esse documento para depois apreciar. -----

----- No entanto só tenho aqui um alerta, ou seja, uma pergunta para o Senhor Presidente, nomeadamente nas Receitas de Capital, na rubrica de venda de terrenos, só se realizaram dez vírgula quatro por cento do previsto. Deve-se a falta de interesse, conveniência da Câmara, falta de interessados na aquisição, preços elevados, qual o motivo?" -----

----- **Sr. Joaquim Cotas (CDU)** -----

----- O Senhor Deputado Joaquim Cotas disse o seguinte: -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- " Além de dois esclarecimentos que vou solicitar, gostaria antes de referir aqui o aspecto da saúde no nosso Concelho, e, sobretudo acerca do que o nosso Colega, Engenheiro Silva Ramos, disse acerca da unidade de saúde de Paço de Arcos. -----

----- O Senhor Engenheiro disse que as instalações não constituem o primeiro problema, o pior é a organização administrativa e o pessoal. Para nós, CDU, a saúde no nosso Concelho está, de facto, doente, e, bem doente. -----

----- Nós conhecemos bem a realidade porque já fizemos várias diligências junto das estruturas e continuamos a fazê-las no âmbito da Comissão criada aqui nesta Assembleia Municipal, mas, a moléstia não está do lado dos profissionais da saúde e posso garantir de que, se não fosse na verdade o grande profissionalismo e a dedicação sem limites de muitos profissionais da saúde, de certeza que a situação era bem pior. -----

----- Portanto, gostaria de dizer isto, até porque vai ficar gravado na Acta, porque corresponde à realidade por nós constatada. Os profissionais da saúde excedem-se muitas vezes para além do dever para proporcionar aos doentes, aos utentes que procuram a saúde, enfim, suavizar um bocado a situação, porque, de facto, o grande problema está nas instalações, está na carência de recursos humanos porque, na verdade, os recursos humanos não estão na quantidade e na proporcionalidade que deviam estar e nos equipamentos. -----

----- Nós temos instalados no nosso Concelho equipamentos clínicos que já deveriam estar no museu dedicado à medicina. Nós temos aqui aparelhos, e, mais, até seria bom recuperá-los e não os desperdiçar pois são dignos de peças de museu, e, duas peças deste museu estão no Centro de Saúde de Algés. Mas, temos ainda mais, temos duas Freguesias que não têm qualquer unidade de saúde, Queijas e Porto Salvo. -----

----- Portanto a situação da saúde, parece-me que estamos todos empenhados nisso, isto não é uma questão de cor da camisola, mas parece-me que é uma constante de todos os eleitos deste Concelho que estão interessados em melhorar estas condições de saúde, porque, dizia há

dias um poeta popular: " a saúde é um direito e sem saúde nada feito". -----

----- Na verdade, sem saúde nada feito. -----

----- Agora, o que eu gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara é para quando a carta de saúde, porque há dois anos estava pronta e até agora ainda não recebemos. E, para quando também a carta escolar, que já estava pronta há mais de um ano, até agora ainda não chegou. --- -----

----- Portanto, era isto que eu gostaria de pedir à Câmara, que nos esclareça acerca do ponto da situação destas duas Cartas que, para nós, são fundamentais. Muito obrigado." -----

----- (Mudança de cassete) -----

----- **Dona Arlinda Néné (CDU)** -----

----- A Senhora Deputada Arlinda Néné disse o seguinte: -----

----- " No ponto 2.2. Transportes, eu queria saber qual é o ponto da situação relativamente às paragens de transportes públicos na Avenida Gomes Freire, em Miraflores, passadeiras e paragens de transportes públicos na Avenida Fernão Gomes, em Miraflores. Diz aqui que foram objecto de análise e de apreciação e eu gostaria de saber se já há alguma informação relativamente a esta questão. -----

----- Uma outra questão tem a ver com o ponto 2.11. Juventude. Tenho constatado que normalmente os programas da Câmara, quando se referem à questão da Juventude, não dão grande prioridade aos jovens mais carenciados aqui do Concelho. Sabemos que, de entre os Concelhos da Área Metropolitana, não é o Concelho que tem maior número de jovens carenciados mas continua a haver um número bastante significativo, e, tendo esta Câmara as características que diz ter, que é uma Câmara que, em termos nacionais, vai à frente, que os municípios têm grande qualidade de vida, todas aquelas coisas que habitualmente ouvimos dizer, não percebo porque é que a Câmara não inclui, não desenvolva maior número de acções precisamente para estes jovens carenciados. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Num total de mil e setecentos jovens abarcados durante este período, o número é reduzido de jovens e crianças carenciadas que foram abrangidas por estas acções. Obrigado." ---

----- **C.M.O.** -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** esclareceu o seguinte: -----

----- " Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Começaria pela questão que o Senhor Deputado Silva Ramos colocou. Neste relatório, havendo diferenças de uns para os outros, como é natural, procuramos muitas vezes no relatório seguinte dar sequência a algumas preocupações que os Senhores Deputados apresentam, e, uma das questões que referi na apreciação do penúltimo relatório foi o de que gostaria que fossem feitas algumas apreciações de natureza política relativamente à actividade da Câmara, no que concerne a questões que não constam de deliberações propriamente da Câmara.

----- E, foi a razão porque, sendo que no último trimestre houve efectivamente um esforço no sentido de chamar a atenção, quer da opinião pública quer do Governo, para algumas questões que consideramos graves no Concelho na área da educação e da saúde, que, nesta introdução do relatório chamamos a atenção para isso. -----

----- Quando se refere, por exemplo, a criação da empresa OEIRAS VIVA ou o lançamento do concurso internacional do Parque dos Poetas, naturalmente que, não estamos aqui como se poderia entender-se na intervenção do Senhor Deputado Silva Ramos, que a Câmara está a "pôr o carro à frente dos bois". O que se diz aqui é que a Câmara aprovou a criação da empresa, nós estamos a fazer o relato da actividade da Câmara, não o relato da actividade da Assembleia Municipal, esse compete à Assembleia Municipal. -----

----- Agora se é certo que veio à Assembleia Municipal depois e que foi aprovado recentemente, na altura da elaboração deste relatório já a Câmara tinha aprovado no âmbito das suas competências, portanto não há aí nenhum problema. -----

----- Não posso deixar de lhe dizer que fico chocado com a frieza com que o Senhor

Deputado Silva Ramos analisa a questão do Centro de Saúde de Paço de Arcos. Ali não é um problema de organização ou um problema de pessoal, até pode ser, problemas de organização e de pessoal são fundamentais, mas o que se passa no Centro de Saúde de Paço de Arcos é de facto indigno, quer dizer, ver pessoas de oitenta, noventa anos a subir uma escadaria enorme, em mau estado, etc., ver as paredes e os tectos a cair, quer dizer, o Senhor Deputado Silva Ramos deve andar muito distraído e não se apercebe das condições daquele edifício. -----

----- O edifício não tem dignidade para o serviço de saúde, esta é que é a realidade, e, sito aqui já não é uma critica a este Governo ou aquele, é uma constatação, é uma realidade, não tem a mínima dignidade para aquele tipo de actividade. De maneira que, se o Senhor Deputado Silva Ramos acha que o problema do Centro de Saúde de Paço de Arcos é uma questão de organização então não é realmente o que dizer dos problemas da saúde neste Concelho. -----

----- A questão da execução financeira, eu gostaria de dizer, Senhor Deputado, que não está ainda a execução financeira, eu gostaria de lhe ouvir dizer e reconhecesse que está perante um acontecimento histórico, oitenta e quatro por cento de execução financeira até Dezembro. Como sabe, em termos de Conta de Gerência vai ser diferente, porque as Receitas vindas até quinze de Janeiro ainda são consideradas, e, portanto, significa que iremos ter um de realização de Receita superior a oitenta e quatro por cento, mas oitenta e quatro por cento é notável. -----

----- Portanto, se há uma diferença de cinco milhões de contos, e, como também aqui foi posta a questão de que apenas teriam sido realizados dez por cento dos terrenos, eu gostaria de aproveitar a oportunidade para dizer o seguinte: -----

----- É claro que a Câmara Municipal podia ter vendido os terrenos, mas se ao nível da execução do Plano não tivemos necessidade de fazer, digamos, mais pagamentos, como sabem estávamos autorizados a contrairmos um empréstimo, e, nem esse empréstimo contraímos, estávamos autorizados a contrair um empréstimo de um milhão de contos e nem isso fizemos. --

----- Portanto isso significa que antes de irmos à venda dos terrenos podemos ir à



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

contracção do empréstimo, e, não contraímos o empréstimo porque não tivemos necessidade disso face à execução do Plano, mas a venda dos terrenos, podíamos efectivamente vendê-los, como sabem o que estava previsto eram setecentos mil contos, se não estou em erro, entre outros ali no norte de Oeiras. -----

----- Ora bem, eu tive oportunidade já de esclarecer que não fazia sentido que a Câmara Municipal vendesse aqueles terrenos no momento em que ainda não estão infra-estruturados, porque, começando a nascer as obras do Parque dos Poetas, começando a desenvolver-se as infra-estruturas daquela urbanização, faz sentido que a Câmara Municipal em vez de vender os terrenos antes de loteados, porque era isso que ia acontecer, o alvará do loteamento foi emitido agora penso que há pouco tempo, estando agora constituídos os lotes o que a Câmara Municipal agora já tem é um terreno com cinco metros quadrados, é X lotes e portanto a Câmara Municipal agora já pode vender os lotes, e, naturalmente que, ao vender esses lotes vai vendê-los a preços de mercado com outro valor porque estão infra-estruturados ou em vias de infra-estruturação. ---

----- Portanto, era de esperar que a Câmara Municipal, claro que podíamos ter vendido os da Pedreira dos Húngaros, mas não pusemos à venda os da Pedreira dos Húngaros porque já estávamos a pensar neles para este efeito e ainda temos uma reserva, e, já agora, que é para não haver dúvidas, ainda temos uma reserva de um terreno na Pedreira dos Húngaros destinado a uma permuta com parte da Quinta dos Aciprestes, na medida em que há essa possibilidade só não concretizamos o negócio porque neste momento não é possível fazê-lo. -----

----- Logo, só faz sentido nós alienarmos esses terrenos agora que as coisas estão em vias de infra-estruturação. Portanto, não posso deixar de chamar a atenção para este grau de realização financeira que é o mais alto de sempre, quer dizer, nunca tivemos na história da Câmara, depois do 25 de Abril, um grau de realização de Receita desta natureza. -----

----- Quanto ao problema da realização de alguma Receita, devo dizer que, relativamente às Receitas Correntes, os Senhores Deputados críticos na Assembleia Municipal enganaram-se

sempre, sempre, a Receita foi sempre superior à previsão dos Senhores Deputados, sempre, e, em relação à Sisa também foi sempre dito exactamente a mesma coisa, sempre, e, a Sisa nos últimos anos tem ultrapassado sempre aquilo que são as perspectivas dos Senhores Deputados, pelo menos de alguns. -----

----- Em relação ao problema dos loteamentos e obras, a questão da realização dos trinta e nove por cento prevista. Como sabe, esta é uma área em que não depende exclusivamente da Câmara, depende também da vontade dos produtores, etc., e muitas vezes depende também da celeridade com que os assuntos são resolvidos. Ora bem, por vezes é necessário aprovar um loteamento, os projectos de infra-estruturas não são apresentados como deve de ser, são indeferidos, e, portanto, as coisas arrastam-se, obviamente que isto também tem a ver, como calcula, com o grau de exigência da Câmara. Nós temos que ser cuidados com os projectos de infra-estruturas que nos são apresentados, cada vez exigimos mais em termos de qualidade, porque cada vez vamos a maior pormenor ao nível da definição dos materiais utilizados, por exemplo, nas infra-estruturas, e, portanto tudo isto contribui para que, por vezes, as coisas não andem com a rapidez que é necessário. -----

----- Provavelmente se em dois mil não chegámos ou não ultrapassámos os trinta e nove por cento, pode significar que em dois mil e um se realize, porque, no fundo, nesta matéria o que há por vezes são atrasos decorrentes de questões de natureza burocrática. -----

----- Sector empresarial autárquico, edifícios sede. Vamos lá a ver, nós temos uma empresa ..., por outro lado o sector empresarial autárquico é muito recente, a Parques Tejo começou a funcionar o ano passado, e, a Parques Tejo não foi concebida para dar lucro, a Parques Tejo foi concebida para regularizar o trânsito e o tráfego, e, portanto é natural que, neste momento, em que está a fazer investimentos, não pode ter lucro. As Receitas que tem são para proceder a investimentos, portanto, cada parquímetro custa mil contos, por exemplo, de maneira que estão a ver. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Por exemplo, a Parques Tejo vai gerir o parque de estacionamento aqui dos Serviços Municipalizados, mas o investimento em equipamento que a Parques Tejo vai ter que fazer são vinte mil contos, ao fim de quantos anos é que vai receber esses vinte mil contos. Portanto, estamos numa fase de investimento. -----

----- Depois, temos uma participação na TRATOLIXO, a TRATOLIXO não tem distribuído dividendos porque os dividendos são investidos. A SANEST, devo dizer-lhe que vai contra a filosofia até que o Senhor Deputado referiu, a SANEST é o Estado que quer distribuir dividendos, porque só tem vantagem nisso, paga impostos e os impostos são para o Estado. -----

----- Não sei se estão a ver, é uma empresa que é do Estado e das Câmaras, mas paga impostos, e, os impostos vão para os cofres do Estado, há distribuição de dividendos para os cofres do Estado e quem paga toda a Receita que a SANEST tem são os Municípios: Oeiras, Sintra, Cascais e Amadora, que das taxas de saneamento pagam à SANEST. -----

----- Portanto, não faz sentido, no fundo são os Municípios que estão a pagar impostos e dividendos ao Estado, logo, qual é a luta dos Municípios na SANEST? Nós não queremos que haja distribuição de dividendos, queremos que os dividendos sejam reinvestidos em infra-estruturas porque como o Senhor Deputado Cotas muito bem referiu ainda há coisas no saneamento a fazer, ainda não está tudo feito, e, muitas delas curiosamente da responsabilidade da Câmara de Sintra e da Amadora, que estão muito pior do que nós, e, era bom realmente que a SANEST se substituísse a essas Câmaras Municipais para resolver alguns desses problemas. ----

----- Depois temos a participação maioritária até no TAGUSPARQUE, devo dizer-lhes até que tem sido o Presidente da Assembleia Geral, que sou eu, que ao longo dos anos se tem oposto a que haja distribuição de dividendos, por exemplo, este ano, a Assembleia Geral vai ser dentro de dias, pretendiam distribuir duzentos e cinquenta mil contos de dividendos, e, sabe como é que eu consegui travar, já não vai haver distribuição de dividendos vai haver incorporação de reservas, sabe como é que eu travei a distribuição de dividendos? -----

----- Não faz sentido que uma empresa que tem incentivos, designadamente concedidos pela Câmara Municipal em sede de Taxas, que a Câmara isentasse em vinte e cinco, em cinquenta, em setenta por cento, por exemplo, taxas de construção e depois a empresa fosse distribuir dividendos. Quer dizer, uma empresa que tem incentivos fiscais não pode distribuir dividendos, quando distribuir dividendos têm que acabar os incentivos fiscais, era a Câmara que estava a meter dinheiro nos outros accionistas, isso não faz sentido, recusa de dividendos. -----

----- Por outro lado, o que é que nos interessa? Interessa-nos que o TAGUSPARQUE, se tem lucro, e, está a começar a ter, por exemplo, há uma coisa que faz falta neste Concelho que é um grande Centro de Congressos com capacidade para mil e tal pessoas. Ora bem, já está previsto no Plano de Actividades do TAGUSPARQUE a construção de um centro de congressos naquela zona do TAGUSPARQUE porque, como sabem, está lá um pequeno auditório para trezentas e cinquenta pessoas e cada vez mais faz falta um auditório para mil e tal pessoas, a nós o que nos interessa é que invistam. -----

----- Depois, temos outra participação numa outra pequena empresa, a HABITÁGUA, essa por acaso há distribuição, mas é muito pouco, a HABITÁGUA, como sabem, é uma sociedade por quotas, mesmo assim dá alguns quatro ou cinco mil contos de lucro, esses ainda não constam aqui mas hão-de constar na Conta de Gerência com certeza. -----

----- Portanto, neste momento, as empresas que nós criamos são fundamentalmente para resolver problemas ao Município. A empresa que criámos OEIRAS VIVA para a gestão de piscinas, equipamentos desportivos, etc., o objectivo não é que dê lucro, o objectivo é que haja uma resposta mais eficaz às necessidades das populações, dos munícipes que utilizam estes equipamentos, porque, por exemplo, a Piscina Oceânica dá lucro, as piscinas aquecidas dão todas lucro, mas, os pavilhões desportivos dão prejuízo. -----

----- De maneira, vamos lá a ver, esta empresa que vai gerir estes equipamentos, se houver lucro não nos interessa propriamente que sejam distribuídos dividendos para a Câmara, o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que interessa é que essa empresa faça investimentos na área que, no fundo, a Câmara Municipal delegou, e, se em vez de gerir piscinas que a Câmara lhe delegou, porque não a empresa construir uma piscina onde faça falta? Porque, e, como muito bem diz o Senhor Deputado Cotas, ainda faltam umas piscinas por aí fora, agora vamos inaugurar uma na Outurela daqui a dois meses, está uma em Barcarena, apesar de ser uma Freguesia esquecida, uma piscina que custou mais de cem mil contos, um equipamento agora para a pôr aquecida, portanto, Barcarena será uma das Freguesias com piscina aquecida, o que nem todas as Freguesias têm esse privilégio, mas Barcarena tem. -----

----- Relativamente à Freguesia de Barcarena, que a Senhora Deputada Ermelinda Oliveira referiu, eu não deixo de ficar surpreendidíssimo por isto: A Freguesia de Barcarena hoje, ninguém pode dizer isso porque repare, para além de um esforço que a Câmara tem vindo a fazer, por exemplo, ao nível da iluminação pública, portanto, além do esforço de milhares de contos em iluminação pública, ainda nos últimos dias inaugurei lá três Centros de Convívio de Terceira Idade, um em Valejas que é extraordinário, é um Centro de Convívio muito bonito com grandes condições, na Quinta da Politeira um mais pequeno mas com boas condições e um em Queluz de Baixo, um mais modesto que será substituído oportunamente por outro, mas foram três Centros de Convívio que inaugurámos nestes últimos dias. -----

----- Património, a Capela de São Sebastião de Barcarena que ficou muito bonita, o investimento que se está a fazer na Fábrica da Pólvora, e, quem beneficia são os moradores de Barcarena que podem usufruir daquele espaço, portanto, ao nível dos mais diversos equipamentos, infra-estruturas, arruamentos, etc., agora, o discurso que a Senhora Deputada fez aqui, devia pedir a um Camarada seu, Deputado no Parlamento, que o fizesse porque, como sabe, não compete à Câmara Municipal construir as Escolas C+S ou as Escolas Secundárias. -----

----- Vamos lá a ver se nos entendemos, a Câmara Municipal, e, faz referência nesta introdução a situações mais candentes de maior compromisso por parte da Administração

Central, ou seja, enquanto que relativamente a uma C+S para Barcarena o Ministério da Educação ainda nunca assumiu com a Câmara Municipal o compromisso de fazer essa escola, é o próprio Ministério que considera prioritárias outras escolas, e, é citado aqui o caso do Alto de Santa Catarina que falta uma parte, é citado o caso de Porto Salvo e a de Caxias, a de Caxias é a mais grave de todas, porque a Câmara Municipal teve que negociar o terreno, a Câmara Municipal há quase quatro anos gastou cinquenta mil contos para terraplanar o terreno, porque o Ministério da Educação, a DREL, não queria fazer o projecto específico queria o terreno plano, depois de muitas coisas houve há dias uma ocupação por alunos até e então fecharam a porta da escola, e, parece que ontem começaram a pôr o estaleiro ali na escola de Caxias, finalmente parece que vai arrancar a escola de Caxias. -----

----- Portanto o que eu lhe posso dizer..., isto é o mesmo que virem pedir terreno para o Centro de Saúde de Queijas, quer dizer, terreno para o Centro de Saúde de Queijas para quê? Se estão disponíveis três terrenos para o Centro de Saúde de Barcarena, para o Centro de Saúde de Paço de Arcos e para o Centro de Saúde de Algés e não avança nenhum, é hipocrisia ou demagogia que é pior ainda, vir dizer venha lá um terreno agora para Queijas ou vir dizer venha lá um terreno para Barcarena, quando estão os outros terrenos disponíveis e a escola não avança.

----- O que a Câmara Municipal diz é que no momento em que o Ministério da Educação queira fazer a Escola de Barcarena está terreno disponível, e, sito estamos fartos de dizer ao Ministério da Educação, agora, depende de com quem se fala no Ministério da Educação. -----

----- Logo o que é preciso é pressionar o Ministério da Educação e essa não é uma competência da Câmara Municipal, a Câmara Municipal até dá terreno, coisa que não tem obrigação nenhuma de fazer. -----

----- A Senhora Deputada Arlinda disse que não e dá importância aos jovens mais carenciados, eu julgo que anda desatenta, a C.M.O. é, neste momento, a Câmara que tem mais cursos de formação profissional na Área Metropolitana de Lisboa, e, da generalidade desses



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

cursos de formação profissional na maioria deles, normalmente, os jovens têm todos arranjado emprego, temos o programa URBAN, como sabe, na Outurela, que não é financiado pelo Estado e que a Câmara Municipal continua a suportar. No Centro Comunitário do Alto da Loba estamos com vários programas, temos agora a arrancar cursos de oficinas várias, precisamente para jovens, portanto, são vários os cursos e actividades que nós temos com os jovens, e, naturalmente vocacionados para os mais carenciados. -----

----- Agora, é óbvio que a Câmara Municipal também não pode substituir-se a toda a gente e a todas as instituições, o que posso dizer é que tem havido um esforço muito grande por parte da Câmara nesse sentido, aliás, esse esforço faz-se logo nas escolas do ensino básico, portanto, começa aí. -----

----- Quanto à Carta de Saúde e à Carta Escolar, eu devo dizer-lhe que isto já esteve feita não sei quantas vezes, mas a Senhora Vereadora, se o Senhor Presidente permitir pode esclarecer melhor essa questão." -----

----- **C.M.O.** -----

----- **Senhora Vereadora Teresa Zambujo** -----

----- A Senhora Vereadora Teresa Zambujo disse o seguinte: -----

----- " Muito obrigado, Senhor Presidente. Boa tarde a todos, antes de mais. -----

----- Relativamente a estes dois instrumentos de planeamento, eu gostava de dizer o seguinte até porque tenho, permitam-se a expressão "informações fresquinhas" dado que estive hoje numa reunião promovida pela Associação Nacional de Municípios Portugueses exactamente com o objectivo de vermos determinados aspectos que aparecem elencados no Orçamento de Estado para dois mil e um, como sendo os aspectos que devem ser regulamentados durante este ano. -----

----- Enfim, entre "n" pontos que foram discutidos e posições tomadas por parte das Câmaras Municipais presentes de norte a sul do País tivemos oportunidade de discutir este

aspecto da Carta Escolar ou Carta Educativa como agora se chama. Como o Senhor Presidente acabou de referir a Carta Escolar, de facto, já esteve pronta, neste momento está parada, está parada é uma força de expressão, porque temos vindo a enriquecer mas é um enriquecimento eu diria ainda sem grande consistência, porquê? Porque é que eu digo sem grande consistência, porque ainda numa reunião que houve na Junta Metropolitana de Lisboa na presença do Senhor Ministro da Educação e da Senhora Secretária de Estado da Administração Educativa tivemos oportunidade de sermos informados de que estava para ser distribuído aquilo que o Ministério chamou manual com a estrutura da Carta Educativa. -----

----- Não fizeram a distribuição, como sabem, e, aliás a notícia veio nos vários jornais exactamente porque a Associação Nacional de Municípios travou, digamos assim, essa divulgação até porque essa estrutura não tinha sido discutida, conforme tinha sido assumido o compromisso entre o Governo e a Associação, não tinha sido discutida na sede própria e como tal achavam muito deselegante por parte do Governo que pusesse a estrutura cá fora e o manual todo bonito que eu, por acaso, tenho uma versão inicial, não tenho a versão final, mas, de facto, não foi achado oportuno. -----

----- Na sequência dessa inoportunidade manifestada pela Associação Nacional de Municípios, o Governo recuou e guardou os manuais, neste momento, não só não distribuiu os manuais, eu posso-lhes dizer que já pedi para ver se nós podíamos avançar alguma coisa, independentemente da discussão que tivesse lugar, e, foi-me perfeitamente recusado o acesso a esse manual, aliás tanto a mim, como hoje tive hipótese de confrontar pela reunião promovida pela Associação Nacional de Municípios. Hoje à tarde ia haver uma reunião com a Associação Nacional de Municípios e o Senhor Ministro da Educação e a Senhora Secretária de Estado, as duas Secretárias de Estado, no sentido de ver se, de facto, alguma coisa se avançava não só relativamente à Carta Escolar como aos outros aspectos que foram hoje discutidos. -----

----- De modo que, estamos num impasse e não faz muito sentido que apresentemos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

qualquer coisa nos Órgãos que o têm que apreciar sem estar formatado para que depois não tenhamos que rever e adequá-lo às novas exigências, que também não sabem muito bem quais são, mas, enfim, vamos partir do princípio que alguma coisa já está claro naquelas mentes e se pode avançar. -----

----- De qualquer forma não temos, de facto, elementos e como tal não vale a pena neste momento apresentar o que quer que seja. -----

----- O que eu disse relativamente à Carta Escolar passa-se praticamente a mesma coisa em relação à Carta de Saúde, como sabem, nessa não há nem nunca houve uma estrutura inicial e relativamente a uma discussão que se tentou ter, e, que eu pessoalmente tentei ter com o Ministério da Saúde da altura, já nem está lá a pessoa, no sentido de nós podermos fazer uma apreciação do nosso documento, foi-nos dito claramente que não valia a pena porque estava a ser também reestruturada e que não nos podiam avançar absolutamente nada. -----

----- Portanto, estamos exactamente neste pé e tudo aquilo que seja finalizado e que seja submetido à apreciação das entidades competentes não tem interesse, é para ficar parado, para ser rasgado porque não lhe dão qualquer sequência e não interessa absolutamente nada. -----

----- Gostaria de só dar uma informação, se o Senhor Presidente me permite, até porque também foi na reunião de hoje que isto se debateu e teve aqui, e , é curioso e já que falámos aqui na cedência dos terrenos e a nossa preocupação relativamente à cedência dos terrenos, hoje, uma das posições que foi assumida e curiosamente muito praticada a norte do País, nomeadamente a Câmara Municipal de Braga, que não cede um único terreno ao Ministério da Educação, ao Ministério da Saúde, e, isto veio a propósito da educação porque era da educação que se tratava, mas, não cede, se querem adquirem-no como qualquer outro. Isto só para completar a informação que à pouco foi dada. Muito obrigado, Senhor Presidente." -----

----- **Dona Arlinda Néné (CDU)** -----

----- A Senhora Deputada Arlinda Néné referiu o seguinte: -----

----- " Queria responder ao Senhor Presidente da Câmara quando diz que eu estou um pouco desatenta. -----

----- A Câmara, neste momento, está a fazer algum esforço que não foi feito há alguns anos atrás, nota-se que já tem algumas acções dirigidas ao público mais carenciado, só que, o que eu quis frisar foi que, sendo esta Câmara considerada, pelo menos considera-se, que é o modelo, seja também modelo a este nível, não só das empresas, das pessoas que têm montes de dinheiro mas também destes que precisam e cada vez mais, que é urgente como todos sabemos. -----

----- Por outro lado eu não tenho agora aqui informação que possa dispor para mostrar às pessoas mas o Concelho de Oeiras não é o que tem mais cursos neste momento, eu tenho essa informação, não a tenho aqui para poder mostrar mas isso não corresponde. -----

----- Relativamente ao URBAN, eu acho que a Câmara não está a gastar muito dinheiro neste momento porque a formação profissional é paga pelo I.F.P. e a parte da formação escolar é pelo Ministério da Educação, portanto temos que ser rigorosos na informação. Há o apoio a pessoal e esse tipo de coisas, mas há os formadores, pelo menos a informação que eu tenho é esta. -----

----- O que eu quero dizer é que a Câmara tem feito algum mas tem de fazer cada vez mais, porque se dirigiu durante muito tempo à população não carenciada, e, essa tem dinheiro para ter acesso a imensas coisas, o que é preciso é investir cada vez mais nesta. Muito obrigado.

----- **Sr. Presidente** -----

----- O Senhor Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- " Está encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. De resto, eu ia pedir celeridade a todos os Senhores Deputados porque há uma cerimónia agora a seguir de lançamento de um livro nesta mesma sala a aproveitava para, em meu nome e em nome do Senhor Presidente da Câmara que me pediu, convidar os Senhores Deputados que o desejassem a associarem-se a esta cerimónia que vem a seguir porque é um livro alusivo ao Poder Local, portanto faz todo o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

sentido que os Senhores Deputados que queiram e possam ficar um bocadinho mais, se associem ao lançamento desse livro, que vai ocorrer daqui a instantes. -----

----- Está portanto encerrada a nossa Reunião, regimentalmente ha um período para o Público, se quiser intervir, evidentemente que, se quiserem intervir vou pedir também a maior rapidez por causa das pessoas que já estão lá fora para a cerimónia seguinte.-----

----- Há duas pessoas para intervir, peço o favor que se identifiquem e coloquem as vossas questões muito rapidamente pois temos pouco tempo." -----

### **4. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

#### **4.1. Dona Clotilde Moreira** -----

----- A Dona Clotilde Moreira referiu o seguinte: -----

----- " Maria Clotilde Moreira. Eu queria só chamar a atenção do seguinte: -----

----- No dia trinta e um de Dezembro, na Reunião da Câmara, a Senhora Vereadora Teresa Zambujo mostrou-se um pouco enfadada por causa de um cartaz da CDU sobre a água. Na Assembleia Municipal do dia vinte e oito, a CDU também chamou a atenção para as análises da água, o Senhor Presidente mostrou-se também um pouco enfadado. -----

----- Eu só pergunto é o seguinte: -----

----- No jornal Expresso do dia três do dois, em quarenta e três Municípios, diz que a água de Oeiras é a terceira pior. Era só isto que eu queria dizer, mais nada." -----

#### **4.2. Sr. José Silva Pereira** -----

----- O Senhor José Silva Pereira disse o seguinte: -----

----- "O meu nome é José Silva Pereira, moro aqui no Alto da Barra, Oeiras e o que me traz aqui é apenas isto: -----

----- Ontem estive no Palácio de Belém a apoiar aqueles desgraçados, os familiares, que estão presos em Cabinda, primeiro foram três que estão lá há dez meses e agora foram cinco, quer dizer, são oito, e, com grande satisfação vi que o Presidente da Câmara de Valongo estava

presente com eles e lhes deu todo o apoio. -----

----- O problema de Cabinda é um problema nacional, são os nossos irmãos que estão presos, portanto o que eu pedia era, realmente, à Assembleia Municipal de Oeiras e à Câmara de Oeiras e às pessoas aqui presentes para apoiarem aqueles desgraçados porque foram eles mas podíamos ser nós também que lá estávamos, porque eles não olham a pessoas, eles vão para cima de nós. Muito obrigado." -----

#### **4.3. Senhora Vereadora Teresa Zambujo -----**

----- A Senhora Vereadora Teresa Zambujo prestou os seguintes esclarecimentos: -----

----- "Vou ser muito breve, muito obrigado. -----

----- Relativamente aos dois aspectos focados. Em relação ao primeiro, o que eu lamentei foi que, aquele comunicado que foi afixado da autoria da CDU, foi exactamente pelo conteúdo do comunicado, que se referia a um aumento da água num caso e a outra situação que era de outro comunicado que saiu aqui da Assembleia relativamente à qualidade da água. -----

----- Eu tive oportunidade de explicar exactamente a que é que aquilo se deveu, aliás como vinha na própria nota do edital que foi afixado e dos documentos que para aqui foram enviados. - -----

----- Relativamente a esta situação do Expresso, como sabem há três classificações que vêm aí nessa coluna do Expresso daquele relatório que inclusivamente está a ser analisado, que foi elaborado pela Direcção Geral do Ambiente, em que tiveram com certeza oportunidade de ver comunicados de algumas Câmaras, nomeadamente naquelas que apareciam, de facto, aí encarnado a contrapor os valores que foram indicados e que o Ministério de Ambiente, inclusivamente foi chamado a atenção para isso, para que a situação se clarificasse e para que não restassem dúvidas e para que, neste momento, não esteja aqui a ocupar mais tempo, eu terei oportunidade de amanhã mesmo enviar uma nota que, por acaso, está elaborada porque já estava a pensar na altura, por acaso isso não teve sequência aqui, que com certeza isso iria surgir, uma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

nota técnica elaborada pela Responsável do Laboratório que explica os parâmetros e onde clarifica que, aquela situação, aquela conclusão é mais uma vez abusiva face aos parâmetros indicados na directiva e na regulamentação em vigor. -----

----- Mas, terei oportunidade de amanhã mesmo enviá-la aqui para a Assembleia para não estar neste momento a perder mais tempo. Muito obrigado." -----

### **4.4. Sr. Presidente** -----

----- O Senhor Presidente finalizou dizendo: -----

----- " Muito obrigado Senhora Vereadora. Eu terei oportunidade, recebendo a nota, terei todo o gosto em distribuí-la aos Senhores Membros da Assembleia Municipal, assim como terei muito gosto em enviá-la também à Senhora que usou da palavra a quem eu agradeço. De resto aos dois que tiveram a amabilidade de aqui nos virem falar, incluindo também o caso seguinte que foi aqui citado dos portugueses que estão retidos em Cabinda, julgo que também é uma questão pertinente, e, eu agradeço também ter sido colocada aqui na Assembleia Municipal. Naturalmente que estamos todos também obviamente preocupados com essa situação. -----

----- Senhores Deputados e nosso querido e estimado público estão encerrados os nossos Trabalhos, obrigado a todos pela cooperação que deram, cá nos voltaremos a encontrar seguramente no próximo mês de Abril. Obrigado a todos." -----

### **5. MARCAÇÃO DA PRÓXIMA REUNIÃO** -----

----- O Senhor Presidente da A.M. marcou a próxima reunião para data a indicar oportunamente. -----

### **6. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** -----

----- O Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às dezoito horas e quarenta e cinco minutos, à qual estiveram presentes trinta e oito Membros (Freire de Sousa, Luís Costa e Castro, António Moreira, José Estorninho, Rui de Freitas, José Rodrigues, Marques Mendes, Elisabete Oliveira, Helena Lopes da Costa, Roque da Cunha, Amaral Lopes, Jorge Pracana, João Duarte,

José Garnacho, Madalena Castro, Manuel Martinho, Ferreira de Matos, Caldeira Martins, José Jorge Pereira, Vidal Antão, Célia Pernencar, Álvaro Miranda, Reis Marques, Carlos André, Nominanda Fonseca, Agostinho Cruz, Luís Carreira, Judith do Passo, Pedro Licínio, Carlos Reis, Manuel Aparício, Costa Ferreira, Carlos Coutinho, Joaquim Cotas, Arlinda Néné, Pinto Ferreira, Ermelinda Oliveira e Silva Ramos) desta Assembleia Municipal, conforme listas anexas. -----

----- Para constar se lavrou a presente Acta que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Secretários da Mesa. -----